



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 451 - DE 24 DE MARÇO A 07 DE ABRIL DE 2013 - R\$ 3,00



**10 anos da
guerra no Iraque:
barbárie do
imperialismo**

**Pela independência
dos sindicatos
diante do Estado
e da burguesia**



**Tribuna Metalúrgica (do
Sindicato dos Metalúrgicos
de S. Bernardo - CUT),
enaltecendo a "parceria"
com a multinacional**



Pela primeira vez nas últimas décadas, um veículo fabricado em São Bernardo terá lançamento público na cidade. Resultado de intensas negociações entre a representação dos trabalhadores, Sindicato e empresa, o New Fiesta será apresentado durante show de Cláudia Leite, com a presença da atriz Isis Valverde.

**Bolívia: revisionistas do trotskismo
apoiam a manobra da burocracia
de criar uma alternativa eleitoral
ao esgotamento do MAS**

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

10 anos de invasão norte-americana do Iraque Agrava a crise mundial do capitalismo

Em 20 de março de 2003, a Força Aérea dos Estados Unidos atacou o Iraque. Dez anos depois, as tropas ianques foram retiradas, deixaram no governo o preposto Nuri al-Maliki, o País continua arrasado, facções dos sunitas que resistiram à derrubada de Saddam Hussein mantêm a resistência por meio dos ataques terroristas, centenas de civis continuam morrendo e a tortura de prisioneiros é prática comum. Segundo uma das estimativas, o saldo de mortos na guerra de invasão e de resistência antiimperialista é de 650 mil e de 1,8 milhão de exilados. São incontáveis os horrores praticados pelos militares norte-americanos. A autodeterminação do povo iraquiano foi esmagada. Em nome da democracia, do objetivo de livrar o Iraque do ditador e das armas de destruição em massa, o imperialismo destruiu o país e o subjugou.

O governo republicano de George W. Bush decidiu que destruiria o regime nacionalista de Saddam Hussein, que ousou contrariar os interesses das multinacionais do petróleo invadindo o Kuwait, em agosto de 1990. Na Guerra do Golfo (janeiro a fevereiro de 1991), o exército do Iraque foi esmagado. Mas os Estados Unidos se limitaram expulsar as tropas de Saddam e a impor condições. Isso porque a “Operação Tempestade no Deserto” estava sob autorização do Conselho de Segurança da ONU e participavam dela 30 países. Estima-se que morreram nessa guerra 100 mil soldados e 7 mil civis iraquianos, 30 mil kuwaitianos e 510 soldados da coalizão.

A burguesia norte-americana e o Pentágono aguardaram novas condições para retomar a guerra. As fontes de petróleo e o monopólio petrolífero ressurgiram como motivo de intervenção. O Kuwait é governado por uma oligarquia feudal-burguesa, está assentado em ricos lençóis e os Estados Unidos o utiliza para manejar sua política mundial de energia. A tentativa de Saddam Hussein de combater a oligarquia pró-imperialista kuwaitiana por meio da guerra de unificação territorial não somente atingiu a cadeia de domínio imperialista na região, como também abriu precedente para os Estados Unidos ampliarem o intervencionismo. Haveria, portanto, que submeter o Iraque. A sua derrota esmagadora no deserto do Kuwait e o acordo ditado pelos Estados Unidos não foram suficientes. Os governos nacionalistas no Iraque e no Irã constituíram uma barreira que impedia a penetração das petroleiras e a ampliação do monopólio petrolífero. A meta era invadir o Iraque e depois o Irã.

Diferentemente do confronto no Kuwait, a guerra no Iraque não contou com o apoio do Conselho de Segurança da ONU. A coligação Estados Unidos-Inglaterra desconheceu a ONU e lançou suas Forças Armadas sobre Bagdá. A vitória anglo-americana foi rápida. Liquidou facilmente as Forças Armadas de Saddam Hussein, apresentada ao mun-

do como perigosa por suas armas de destruição em massa. Logo se evidenciou a infame farsa sobre os riscos que corria o Oriente Médio tendo no governo do Iraque uma ditadura disposta a aperfeiçoar seus arsenais químicos e atômicos e a controlar seus vizinhos. Uma gigantesca campanha mundial foi desfechada contra o satânico perigo iraquiano. A mentira servia tão-somente para obscurecer a verdade nua e crua – os Estados Unidos se lançavam em uma invasão do país completamente incapaz de fazer sua defesa.

O massacre no Iraque está marcado pela urdidura, pela mentira, pela prepotência e pelo controle do petróleo. Colaboraram para isso, a ONU que se calou diante da decisão americana e inglesa de desconhecer o seu Conselho de Segurança, os governos dos países semicoloniais que, o máximo que fizeram foi resmungar algumas palavra sobre o multilateralismo, e a grande imprensa de todo o mundo que espalhou as falsificações de Bush, da CIA e do Pentágono.

Os invasores não esperavam encontrar uma extraordinária resistência dos sunitas e parte dos xiitas. Os invasores não conseguiram estabilizar um governo com apoio das massas. Al-Maliki é um fantoche que serviu e serve ao genocídio imperialista do povo iraquiano e à política dos monopólios de esmagar qualquer tentativa de autodeterminação da nação oprimida.

Os explorados iraquianos terão de se libertar das correntes pró-imperialistas e nacionalistas, de superar a divisão de nacionalidades, de se livrar do sectarismo religioso, construindo seu partido proletário, revolucionário, marxista-leninista-trotskista.

Tudo indica que se potencializará o confronto entre as nações oprimidas e o imperialismo. A crise estrutural do capitalismo empurra o imperialismo para o intervencionismo. Prova disso, são as interferências econômicas e militares na Líbia, Egito, Síria e Mali, que se viram e se veem tumultuados por levantes populares e por conflitos armados. Está em andamento um ataque de Israel ao Irã. Na Ásia, os Estados Unidos colocam as duas Coreias em situação de beligerância. Os explorados e povos oprimidos de todas as latitudes devem observar o impulso das tendências bélicas encarnadas pelo imperialismo, resistir à violenta ofensiva do capital monopolista e se preparar para a dura etapa da luta de classes, que se abriu em 2008 com a crise mundial.

O imperialismo é o capitalismo monopolista, fase última de seu desenvolvimento e, por isso, sobrevive à base da violência reacionária. Em sua decomposição, espalha a barbárie por toda parte. Mas também é o capitalismo em transição para o socialismo. O problema fundamental está em superar a crise de direção, construindo os partidos marxista-leninista-trotskistas e lutando para pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Convenção 151 da OIT e a lei de greve

Euforia dos burocratas sindicais

As Centrais Sindicais, que apoiam o governo, pediram no encontro com Dilma Rousseff a regulamentação da Convenção 151, aprovada pelo Congresso Nacional em 2010, que legisla as relações de trabalho para os servidores públicos.

Em novembro de 2012, a burocracia dessas Centrais entregou para o governo uma proposta de Projeto de Lei (PL) para a regulamentação, que implica a adequação dos princípios da Convenção à legislação do Brasil. Mas, não obteve resposta.

Na marcha a Brasília de 6 de março, governo e burocratas se comprometeram em apressar a implementação da Convenção 151. Isso deixou eufóricos os dirigentes sindicais conciliadores.

Rejeitar o PL dos burocratas

A proposta contém três aspectos fundamentais:

1. “Aplicação do direito de greve”

A burocracia sindical propõe uma lei de greve nos moldes da legislação existente para os trabalhadores das empresas privadas. Assim, exige: a) que o sindicato notifique a greve aos órgãos governamentais com 72 horas, antes de seu início; b) que os grevistas garantam 30% dos serviços nas áreas consideradas “essenciais”; c) que as faltas do período de greve sejam objeto de um plano de compensação; d) que se empreguem meios pacíficos para “persuadir” os servidores a aderirem à greve; e) no caso da greve de policiais, fica proibida a utilização do porte de armas pelos grevistas.

Trata-se, portanto, da aceitação da **lei antigreve**, que impede o livre direito de manifestação, paralisação dos serviços, pagamento dos dias parados e piquetes para impedir a ação dos fura-greves. Os meios como se realizam os piquetes são determinados pelos grevistas. Dar o caráter pacífico para a greve e os piquetes faz parte da política conciliadora da burocracia sindical. No que se refere à greve de policiais por reivindicações salariais, impedir o porte de armas no conflito com o governo significa desproteger os grevistas diante da repressão armada do Estado.

A greve e suas formas de luta são decididas coletivamente pela assembleia dos trabalhadores e qualquer legislação que as discipline se torna um mecanismo contrário a ela. Daí a expressão “lei antigreve”. E toda lei antigreve serve para o Estado e a burguesia derrotarem as lutas. Os servidores devem exigir unicamente do governo o direito irrestrito à greve.

O que querem os burocratas sindicais é a regulamentação de uma lei contrária à livre decisão dos servidores de fazer a greve, para impor as reivindicações com o método que é próprio dos trabalhadores, a ação direta.

2. Sobre o “afastamento de dirigentes sindicais”

A burocracia propõe a regulamentação do afastamento de servidores do posto de trabalho para assumir cargos nos organismos sindicais. E que sejam estabelecidas nessa lei que regulamenta as relações de trabalho dos servidores a sua proporção e as mesmas garantias dos que estão trabalhando.

A liberação do trabalho para desempenhar funções nos organismos sindicais e a proporção de trabalhadores que serão afastados é uma decisão da assembleia de base. O afastamento, portanto, está submetido à decisão coletiva da classe e tem caráter revogável. A exigência da liberação se dá em função da enorme jornada de trabalho que impede o trabalho sindical.

A burocracia sindical decide sobre os afastamentos e os usa para formar uma camarilha de parasitas nos sindicatos, federações, confederações e centrais. O que pretende é que o “ônus do afastamento” seja de “responsabilidade do órgão” em que o servidor trabalha. Portanto, não mais unicamente dos sindicatos, centrais, etc. Ao colocar o dirigente sindical na dependência financeira do Estado, reforça sua subordinação política. A única exigência que se deve ter é o do direito de afastamento parcial ou integral de suas funções enquanto estiver na direção do sindicato. Está aí porque os salários dos dirigentes devem ser fixados pela assembleia e não devem ultrapassar o salário médio da categoria.

3. Sobre a “negociação coletiva”

A proposta da burocracia é a criação de um “sistema permanente de negociação entre a administração pública e os sindicatos”. Que esse organismo seja formalmente estabelecido e que conste de um regimento de funcionamento. Que a negociação coletiva se dê pela via das “Mesas de Negociação Permanente”, que deverão existir nas três esferas (federal, estadual e municipal). Que defina “procedimentos para a explicitação dos conflitos”. E que a assinatura do acordo coletivo se dê mediante a deliberação da assembleia do setor envolvido.

Como se vê, os burocratas querem a legalização da Mesa de Negociação Permanente. A experiência tem mostrado que essas Mesas de Negociação não passam de um meio para a burocracia e as autoridades conspirarem contra as reivindicações dos trabalhadores e a greve. Os dirigentes ficam meses discutindo a pauta de reivindicações, recusando assim a mobilização direta para conquistá-las. Há mais um agravante: as burocracias ficam livres para fazer acordos nas Mesas de Negociação e, depois, convocam uma assembleia de fachada para simplesmente referendar o já negociado.

Conclusões

Todos esses aspectos têm a ver com a independência ou dependência dos sindicatos perante o Estado.

A burguesia atua por meio de seu aparato estatal para impor leis que disciplinem a luta de classes e justifiquem a intervenção policial contra a revolta dos explorados. Portanto, tem a ver com a dependência.

Ao contrário, os trabalhadores exigem da burguesia e seu Estado direitos políticos. O que implica que os exploradores reconheçam o direito irrestrito de greve, manifestações e liberdades sindicais. Isso tem a ver com a independência.

Como se vê, a restrição aos direitos ou a ampliação dos direitos se resolve por meio do conflito entre duas forças antagônicas, a dos explorados e a dos exploradores.

A burguesia expressa sua força por meio do governo, do Parlamento, da Justiça e da Polícia. Os explorados, por seu lado, expressam sua força por meio dos métodos da luta de classes, da ação coletiva.

O governo e a burocracia sindical quando se põem a negociar os direitos políticos dos trabalhadores não fazem senão usar a força dos exploradores para limitar a força dos explorados. O que a burocracia da CUT e demais Centrais estão fazendo é negociar em nome dos servidores a restrição dos direitos políticos que devem ser irrestritos. Os servidores estão diante de um conluio entre o governo do PT e as Centrais que o apoiam.

É necessário fazer uma ampla e sistemática denúncia contra toda e qualquer medida que submeta os trabalhadores à camisa de força da lei antigreve.

Burocracia sindical pró-imperialista

Sindicato dos metalúrgicos do ABC festeja o êxito da multinacional Ford

Os dirigentes sindicais usaram a Tribuna Metalúrgica do dia 21 para convocar um show no centro de São Bernardo de lançamento do carro da Ford (New Fiesta). Para atrair os operários e a população, contrataram artistas de novelas e músicos de destaque da Globo.

Um dos membros do Comitê Sindical de Empresa da Ford declarou que a “comemoração é mais do que merecida”, porque foram meses de negociação e esse novo modelo é o “futuro da Ford no ABC”. Fala como um vendido! O presidente do sindicato, Rafael Marques, afirmou que se trata de uma política sindical, que “não se recusa debater com patrões e sempre apresenta propostas viáveis para a resolução de problemas”. O orgulho do burocrata em defender a multinacional, em nome de uma “política viável”, é típico dos traidores.

Eis aí o exemplo de uma burocracia pró-capitalista e pró-imperialista. Ao invés de lutar pelo emprego e combater as montadoras que volta e meia ameaçam a abandonar a região, o dirigente do sindicato negocia mais subsídios (Inovar-Auto, etc.) para a permanência da multinacional, aceita as medidas antioperárias (lay-off, banco horas, etc.) e usa o sindicato para

a campanha de venda do carro. Quer que os operários acreditem que isso é modernização das relações sindicais. Não! Isso é a mais descarada colaboração de classes.

A burocracia petista do sindicato metalúrgico do ABC está na mesma vala dos direitistas da Força Sindical e seus congêneres. Os burocratas fazem do sindicato a correia de transmissão das multinacionais. Há décadas, os dirigentes corrompidos vêm impondo a política burguesa no seio do proletariado. A despolitização da classe operária e o avanço do sindicalismo-empresa caminham juntos, permitindo a consolidação de uma burocracia violenta contra a democracia sindical e dócil para com os interesses do patronato e do governo.

O show para a multinacional Ford é o presente que os dirigentes venais oferecem aos exploradores da classe operária. Lamentavelmente, os burocratas contam com o atraso político das massas trabalhadoras, que acabam sendo arrastadas para servirem aos interesses da montadora. Para combater os laços do imperialismo, é necessário a construção da fração revolucionária, apoiada no programa e nos métodos da classe operária.

Acordo de cooperação entre a AFL-CIO e a CUT

A Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Sindicais (AFL-CIO) é a maior Central dos Estados Unidos. Sob a direção da burocracia vinculada ao capital monopolista, age como um braço sindical da política imperialista. Há muito, a CUT se submeteu a AFL-CIO.

No dia 20 de março, os dirigentes da CUT, Wagner Freitas, João Felício e Artur Henrique foram “renovar o acordo de cooperação” e ouvir a estratégia da AFL-CIO para as centrais do mundo, que inclui a crise econômica e as relações de trabalho.

A burocracia petista da CUT está organicamente vinculada à política colaboracionista do sindicalismo pró-imperialista. A renovação do acordo de cooperação é uma exigência da AFL-

CIO diante da crise econômica e das brutais consequências sobre a força de trabalho. É bom lembrar que a AFL-CIO colaborou com o governo de Obama para salvar a General Motors às custas de demissões em massa, redução dos salários e aumento da taxa de exploração sobre os metalúrgicos.

O avanço do sindicalismo da burocracia cutista de conciliação entre capital e trabalho e sua materialização em acordos de flexibilização trabalhista estão em conluio com os “acordos de cooperação”, protagonizados pela AFL-CIO.

O combate à burocratização e estatização da CUT implica a luta para quebrar o seu elo com o sindicalismo pró-imperialista.

Arrancar a Embrapa do controle da burguesia fundiária e das multinacionais

As denúncias de que a Monsanto (dos Estados Unidos) e a Basf (Alemanha) monopolizam o comércio de mudas e sementes e de que ganharam força durante o governo do PT são cada vez mais evidentes. Nessa semana, a revista Carta Capital publicou um artigo (“Um tesouro dilapidado”) que demonstra o sucateamento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Trata-se de uma denúncia do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF).

O artigo enfatiza o desmonte da empresa nacional em favor das multinacionais, que movimentam um negócio de 10 bilhões de dólares anuais. Revela as consequências para os pequeno e médio produtores, principalmente, que se tornaram reféns das sementes, mudas e tecnologias da Monsanto

e Basf. O desmonte da Embrapa foi tão violento que não há como competir (dizem os agricultores) com as sementes das multinacionais, que são mais produtivas.

O SINPAF acusa o presidente da Embrapa, de 2009 a 2012, Pedro Arraes, de facilitar a ação das multinacionais e enfraquecer a empresa nacional. Denuncia que Pedro Arraes pretendia criar uma filial da Embrapa nos Estados Unidos para ampliar o acesso das multinacionais ao banco genético de 40 anos de pesquisa. Essa denúncia obrigou Dilma Rousseff a pedir a renúncia do presidente da estatal, fato que se consumou em outubro do ano passado. Mas as falcaturas entreguistas de Pedro Arraes foram mais longe. Fazem parte desse rol, as circulares internas proibindo os pesquisadores de dar entrevistas e de participarem de debates e o veto à participação no seminário

no Congresso Nacional sobre o novo Código Florestal. Após o afastamento de Pedro Arraes, as outras denúncias foram arquivadas. E Arraes passou a ser assessor na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. O vendilhão dos interesses nacionais e corrompido pelas multinacionais ao invés de ser colocado na cadeia recebeu o prêmio de um novo posto no governo.

O governo do PT está atolado até o nariz com as empresas estrangeiras. As exportações do agronegócio, controlado pelas multinacionais, possibilitam uma balança comercial favorável e, assim, o governo protege o capital monopolista. Trata-se de um governo pró-imperialista.

A Embrapa tem sido avaliada como importante centro de conhecimento da agricultura brasileira e de soluções para a produtividade do solo. Mas o fato de voltar para os interesses do grande capital, no qual as multinacionais têm poder determinante, foi desfigurada. A propaganda de que tem ajudado os pequenos agricultores não passa de uma lenda. Se a Embrapa

se dedicasse à economia camponesa entraria em choque com a agroindústria e o agronegócio, controlados por monopólios imperialistas. O entreguismo do seu ex-presidente Pedro Arraes somente foi possível porque a Embrapa já está controlada pela Monsanto, Basf e Companhia.

Para que a denúncia do SINPAF tenha valor, é preciso mobilizar as massas camponesas contra a política antinacional do governo do PT, sob o programa da revolução agrária. Há que se defender a imediata separação da Embrapa do poder da burguesia fundiária e das multinacionais. Uma das primeiras medidas é a de estabelecer o controle operário e camponês da Embrapa. Todos os cargos devem ser eleitos pelos camponeses, com revogabilidade de mandato e subordinado aos comitês agrários, que devem se formar. Defender a expropriação das multinacionais do País. Caso o movimento operário e camponês não assuma essa luta, o valioso banco genético continuará sendo entregue aos monopólios.

Rondônia

Chacareiros se unem e conseguem suspender a ordem de reintegração de posse

Numa área que fica no setor Leste de Porto Velho, nas proximidades dos bairros Socialista e Mariana, várias famílias vivem há mais de 12 anos, onde cultivam a terra, criam aves, pequenos animais e produzem o seu sustento. Neste setor chacareiro vivem cerca de mil e trezentas famílias que se organizam em oitocentas chácaras aproximadamente. Um fazendeiro, Francisco Militão, se diz dono da área. Antes da ordem judicial de despejo, essas famílias reivindicaram um acordo judicial para a compra do terreno, mas o pretensão proprietário não aceitou.

O fato é que essa área, segundo os chacareiros, é alvo de intensa especulação imobiliária por grupos capitalistas, pois existe o projeto para a construção de um anel viário e um condomínio de luxo.

Garantir a área ocupada pelo método da ação direta

Após receberem uma ordem de despejo, as famílias se or-

ganizaram e fecharam a rua que dá acesso às chácaras, impedindo os policiais de alcançarem a área. O movimento cresceu e o governo foi obrigado a recuar a ação repressiva. O juiz Osny de Oliveira Junior, por sua vez, suspendeu a decisão de reintegração de posse. A decisão final foi encaminhada à Justiça Federal. As famílias aguardam que a área seja retomada pela União e que o assentamento seja regulamentado.

Os representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FE-TAGRO) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) compareceram ao local como “salvadores” da situação e fizeram um acampamento na entrada que dá acesso à área.

A **Corrente Proletária** defende a expropriação da área e a entrega da área aos ocupantes. Nenhuma indenização ao suposto proprietário. Que o governo conceda recursos para que essas famílias de ocupantes possam plantar e produzir.

Governo desfere violenta repressão contra os índios que fizeram do Museu do Índio sua moradia

Sérgio Cabral e Dilma Rousseff são responsáveis por decidir transformar o Museu do Índio em Museu Olímpico e, para isso, tiveram de enviar a tropa de choque para expulsar os índios. Desde 2006, 20 famílias indígenas ocuparam o antigo prédio do Museu do Índio. O governo, em função da Copa do Mundo, privatizou o Estádio do Maracanã e se comprometeu a entregar o Museu do Índio para a concessionária construir o Museu Olímpico. Por isso, impôs a reintegração de posse do local.

Os indígenas resistiram à ordem judicial de despejo. A tropa de choque invadiu o local, prendendo e ferindo ocupantes.

Como sempre, o governo procura responsabilizar os ocupantes pela violência da polícia.

Esse acontecimento chama atenção para a situação de opressão em que vivem os indígenas. No coração do Rio de Janeiro, a pequena comunidade indígena não teve outro meio de sobrevivência senão ocupar um Museu que de direito lhe pertence. A medida de força do governo é apenas um reflexo do domínio da burguesia branca, que para implantar o capitalismo teve de dizimar centenas de nações índias. Denunciamos mais esse ato de barbárie. E exigimos a entrega do Museu do Índio aos índios.

USP - Campanha contra denúncia do MP enfrenta bloqueio da direção do DCE(PSol/PSTU)

As denúncias do Ministério Público paulista contra estudantes e trabalhadores da USP ganharam projeção nacional, por serem parte de uma ofensiva repressiva geral dos governos e dos capitalistas e por criminalizarem, por meio de fraude jurídica, um movimento de reivindicação estudantil. Os 73 acusados se somam aos oito eliminados, ao diretor sindical Brandão, demitido político, e aos demais estudantes e sindicalistas processados por participarem de movimentos reivindicatórios.

O DCE da USP, movido pela pressão política externa e interna à universidade, marcou uma assembleia geral de estudantes (tinha se recusado a fazê-lo anteriormente, vide Massas 469 e 470). Nessa assembleia, defendeu que os eixos do movimento fossem a retirada das denúncias e a luta contra o Pimesp. Também defendeu a realização de um ato público na entrega dos abaixo-assinados ao Tribunal de Justiça. Assembleia, luta contra a repressão e ato de rua têm sido rechaçados pela atual direção ao longo de todo o ano passado. Somente uma grande pressão social e uma tendência nas bases poderia levar essa direção a se mover nesse sentido. As principais polêmicas da assembleia explicam as ações da direção.

Uma assembleia dividida e ignorada pela direção em suas deliberações

A assembleia de 14/03 foi convocada principalmente pelos grupos de oposição à direção do DCE. No site da entidade, sequer havia uma convocação formal. Dos cursos em que têm controle sobre os CAs, seus militantes arrastaram alguns calouros para a assembleia geral. Essa convocação resultou numa assembleia dividida, o que se refletiu nas principais votações.

A primeira manobra da direção do DCE foi inscrever toda a sua militância e simpatizantes, inchando a lista de inscritos, de forma que acabou, no sorteio, ficando com dois terços das falas.

A seguir, colocou em votação os eixos do movimento. O POR defendeu que deveria haver somente um eixo, uma prioridade sobre os demais: *a luta pela retirada da denúncia do MP, que era condição para que pudessemos desenvolver as demais reivindicações, pois se não há direito de se mobilizar pelas reivindicações, não há como conquistá-las.*

A direção do DCE apresentou a proposta de que deveria haver dois eixos: retirada das denúncias e luta contra o Pimesp. Essa proposta era uma manobra suja: na verdade, a direção do DCE pretendia, desde a convocação da assembleia com três pontos de pauta (havia também o ponto de diretas pra reitor), desviar o movimento do choque contra a repressão. A defesa de dois pontos tinha o conteúdo real de ter o Pimesp como eixo, mas não seria possível aprovar isso de forma clara. Por isso, colocaram-se dois eixos, para obter votos dos setores confusos quanto ao conteúdo da proposta.

Na votação, a plenária se mostrou dividida. A direção do DCE dava contraste para a sua própria proposta, enquanto dezenas de estudantes pediam contagem. O militante do POR que aferiu a votação e viu contraste errou neste momento, ao não defender o direito de contagem de um setor expressivo da

plenária. A aprovação dos dois eixos levou ao seu conteúdo real: passou-se a discussão das bandeiras contra o Pimesp.

Como a bandeira de “Pimesp não, cotas sim” leva a não defender as cotas

A direção do DCE apresentou sua proposta de “Pimesp não, cotas sim”. A LER-QI se opôs a essa decisão, reivindicando maior discussão nos cursos antes de uma posição na assembleia. Por trás da formalidade, está a sua mudança de posição: antes, a LER defendia as cotas. Bastou o governo Dilma fazer aprovar uma lei que regulamenta sua aplicação para que a LER mudasse de posição e passasse a defender contra as cotas, “fim dos vestibulares, estatização do sistema privado”. É evidente que toda assembleia tem soberania sobre a anterior, e que se poderia provar uma resolução ali, que poderia ser mudada depois. Mas a LER manobrava para tentar ganhar tempo. Com inúmeras questões de ordem, muito tempo foi desperdiçado. Enfim, a mesa impôs a votação, e o POR se absteve, porque tentou fazer uma questão de ordem de ter apresentado outra resolução (lida pela mesa) e não colocada em votação. A seguir, votaram-se duas propostas, “Pimesp não, cotas sim”, contra “Pimesp não, cotas sim, fim dos vestibulares”. A mesa viu novamente um “contraste” em favor de sua resolução.

O POR tinha apresentado a resolução de luta pela aplicação da lei de cotas aprovada. O Pimesp é uma manobra do governo do PSDB em São Paulo para não cumprir a lei de cotas federal. Por meio do Pimesp, o governo leva uma parcela da juventude negra a um curso intermediário entre o ensino médio e o superior (apelidado de “college”), curso com ensino a distância e no qual o estudante terá de obter desempenho superior a 70% para ingressar na universidade. O conteúdo do Pimesp é de reforço à exclusão e ao racismo.

A rejeição do Pimesp leva àquilo que o gerou. A reivindicação de cumprimento da lei federal aprovada e à qual o PSDB não quer se submeter coloca os movimentos que reivindicam as cotas em choque com o governo. Somente com mobilização seria possível derrotar a intransigência governamental. A bandeira defendida pelo DCE leva à conciliação com o governo e a reitoria. Ao se colocar genericamente “cotas sim”, qualquer migalha oferecida pela reitoria/governo, ainda que menor que a lei federal, será apresentada como conquista obtida pela via da negociação sem luta.

Derrota das diretas para reitor

Depois de definir sua bandeira conciliadora contra o Pimesp, a direção do DCE apresentou um novo eixo para ser votado: o das diretas para reitor. A manobra era clara: impedir o debate de propostas que impulsionassem a campanha contra a denúncia do MP. A mesa, tão intransigente quanto a questões de ordem, abriu duas rodadas de defesa sobre as diretas. Na votação, afirmou ter visto contraste em favor de sua proposta. Desta vez, no entanto, exigiu-se a contagem. Resultado: a proposta foi rejeitada como eixo, com conteúdo de que a universidade não precisa de um reitor, mas de um governo coletivo

dos que estudam e trabalham.

A direção do DCE, que havia colocado a proposta com objetivo distracionista, teve de engolir a negação dela como eixo do movimento.

Um ato para não enfrentar o MP

A direção do DCE queria apenas um ato em frente ao Tribunal de Justiça. Outras propostas de ato se unificaram ao redor de dois atos, um antes e outro depois da semana de feriados. A direção do DCE sabia que não era possível impedir a aprovação de um ato. Por isso, preferiu defender a sua realização, mas sob seu controle.

Aprovado que seria apenas um ato, votou-se se seria com passeata na Avenida Paulista ou na frente do Tribunal. A direção do DCE se contrapôs ao ato com passeata. Sua política é de pressão sobre o Tribunal, com uso de parlamentares e personalidades, mas não com passeatas etc. Outras correntes (MNN, LER) ajudaram o DCE a evitar as manifestações nas ruas.

Um CCA para desconhecer as decisões da assembleia

Dois dias depois da assembleia, um Conselho de Centros

Acadêmicos (CCA) deliberou o que de fato seria feito. Um boletim do DCE expressou bem essas decisões: nesse boletim, nem se fala que a luta pela retirada da denúncia do MP é um dos eixos do movimento. Chega-se ao ponto de afirmar a luta contra o Pimesp é um dos eixos, mas não se fala do outro. Pior ainda, aprovou-se a bandeira das diretas pra reitor como eixo, contra a decisão da assembleia, instância superior ao CCA. Também se votou a proibição do ato contra a denúncia do MP fazer uma passeata, ou seja, o ato teria de ser de calçada, nunca de rua.

Com uma fraca convocação pela direção, que sequer providenciou um caminhão de som para sua realização, o ato contou com a participação de cerca de 150 pessoas.

É possível vencer o obstáculo da direção

Se a assembleia de 14/03 se mostrou dividida, ela mostra que é possível reverter o bloqueio à mobilização imposto pela atual direção. O impulso da campanha contra as denúncias, que tem sido tocada com grande dificuldade pelo Fórum dos Processados, é o caminho para desenvolver a mobilização, que é o meio para derrotar o MP, o governo e a reitoria.

Igreja e burocracia universitária desatam repressão sobre a Apropuc

A diretora da Associação de Professores da PUC de São Paulo (Apropuc), Maria Beatriz Costa Abramides, foi notificada, por um Ato da Reitora Anna Maria Marques Cintra, de que está intimada a responder a um Processo Administrativo. Bia, como é chamada, está sendo acusada de indisciplina, insubordinação hierárquica e incitação aos alunos à infração.

O Ato da Reitoria se baseia em uma manifestação no dia 27/02/13, momento em que se reuniria o Conselho Universitário. Os manifestantes decidiram protestar contra a realização da sessão e tomaram os assentos dos conselheiros. A decisão espontânea de impedir que os conselheiros se instalassem se deveu à reivindicação do movimento pelo respeito aos resultados das eleições que reelegeram para Reitor o Sr. Dirceu de Melo. Não poderia o Conselho, assim, legitimar um ato autoritário e desrespeitoso com a decisão da maioria votante. O conflito na sala de reunião do Conselho ocorreu em meio a um movimento pela não posse da Sra Anna Maria, que foi a menos votada entre os três candidatos. Como se vê, não se pode retirar o acontecido no dia 27/02 do contexto que envolvia um choque entre estudantes, professores e funcionários com a decisão arbitrária da Igreja.

O Ato da Reitoria, portanto, não tem nada de administrativo. Trata-se de um Ato Político – assim deveria ser denominado. A Igreja e a Reitora preposta pretendem usar bugalhos em lugar de alhos. O Ato que pretende amarrar as mãos da combativa diretora da Apropuc – um caso raro de militante sindical que não se vendeu e segue princípios classistas – e arrastá-la até uma Comissão de Sindicância criada pela Igreja é uma ação política repressiva. É descarado o uso do Regimento Geral para desqualificar o conflito político e transformá-lo em caso administrativo.

O bode expiatório no caso serve para golpear uma das lideranças da resistência democrática, para atingir a Apropuc e

para atemorizar aqueles que se mobilizaram contra a violação das eleições para reitoria e que terão de voltar à luta contra novos ataques às conquistas democráticas na PUC. Esse tipo de expediente é utilizado pelos donos da PUC, a Igreja, e acionado pela burocracia universitária para não colocar às claras de que se trata de uma perseguição política. É mais fácil e conveniente se montar uma farsa administrativa contra um de seus assalariados, do que a Igreja colocar sua face na tela dos opressores que usam o poder para calar os movimentos por meio da criminalização.

A diretora e professora Bia é respeitada pelo seu trabalho na universidade e respeitada pela sua retidão de princípios. Basta que se volte no tempo e se reconheça a jovem entre os estudantes presos em Ibiúna, em 1968, quando a UNE realizava seu congresso anti-ditadura. Essa raiz nunca lhe foi arrancada, não apodreceu com o tempo da vida social, como ocorreu, mais recentemente, com figuras proeminentes da política burguesa e que nos tempos idos da resistência ao golpe militar lideravam a luta.

Aqueles que mantêm os valores revolucionários, não capitulam e continuam no dia a dia da luta contra a opressão se deparam inevitavelmente com os opressores.

Temos a certeza de que não vai ser fácil a Igreja incriminar a professora Bia, sem que tenha de se bater contra um movimento de defesa das liberdades políticas. Crescem os pronunciamentos de professores, de associações, sindicatos, correntes políticas e movimentos. O Partido Operário Revolucionário (POR) se une à luta contra a criminalização de Maria Beatriz Costa Abramides.

Pela imediata revogação do Ato da Reitoria! Pelo fim das perseguições político-ideológicas! Pela liberdades de expressão e manifestação!

Vincular a luta por acesso e permanência à defesa da juventude oprimida

No dia 14 de março, o Comando Local de Mobilização Estudantil da UFCG começou os ciclos de debates sobre alguns dos temas que fazem parte da pauta dos congressos estudantis (da UNE e da ANEL), que acontecerão entre o fim de maio e início de junho. Por conta da luta em andamento pelo acesso universal ao R.U., iniciou-se com este tema. O debate contou com estudantes dos CAs de Geografia, Ciências Sociais, Medicina, Enfermagem e Engenharia Elétrica, sendo alguns integrantes da diretoria do DCE. O objetivo é de organizar o processo de eleição dos delegados, baseado em teses e não em critérios pessoais. Publicamos abaixo alguns dos pontos debatidos.

Não restringir-se à “assistência”

A bandeira de “assistência”, como finalidade do movimento estudantil, ganha espaço após a constituinte, de 1988. Antes, o movimento estudantil tinha como eixo reivindicações políticas mais gerais, ainda que limitadas à defesa do nacionalismo-burguês (as direções da UNE nunca romperam com essa concepção), principalmente relacionadas à soberania nacional. Na atual fase do desenvolvimento capitalista, a luta nacional contra o imperialismo somente é consequente e vitoriosa se dirigida pelo proletariado.

Com relação à finalidade das reivindicações do movimento, citamos o exemplo dos estudantes da UEPB diante da greve dos professores. Quando esses estudantes alegam não apoiar a greve porque os professores não se importam com os “seus interesses”, estes se resumem à assistência estudantil. Ressaltamos as implicações políticas da utilização deste termo. As políticas do Estado são bem claras quanto à assistência – que deve ser apenas para os comprovadamente miseráveis – sempre em detrimento dos direitos. A assistência é para uma minoria, a maioria que pague! Portanto, temos de abolir a defesa de “assistência” e defender o direito à permanência como parte do direito à educação. Este é o sentido da luta em curso na UFCG contra o cadastro excludente, subordinado à assistência social, que seleciona os “carentes”, decide quem comerá no restaurante todos os dias, quem comerá só três ou nenhum.

Assimilar que a alimentação é parte do direito à educação foi uma elevação política dos estudantes da UFCG. A concepção da universalização da alimentação, moradia e do transporte gratuito deve ser levada pelos delegados da UFCG e ilustrada com nossa experiência de luta. Há entre muitos estudantes (inclusive entre correntes de esquerda, como o PCR) a visão de que seria justo o pagamento de 1 real pelo R.U. Ao pagar, o direito torna-se mercadoria. Consequentemente, abre-se o precedente para atacar os direitos estudantis e deixar de investir na universidade. É preciso explicar aos estudantes que quando a universidade “economiza” recursos, contendo artificialmente a demanda, não significa que esse dinheiro será investido em outras áreas da universidade. O que ocorre é que o governo deixa de enviar os recursos, argumentando que “não precisam mais” desse dinheiro, passando a investi-lo, principalmente, no capital financeiro (ou seja, na jogatina da burguesia). A bandeira do movimento

estudantil e de toda comunidade universitária deve ser a de que é dever do Estado arcar *integralmente* com o financiamento da educação, em todos os níveis inclusive. Além disso, a luta pela universalização está associada à defesa do poder estudantil. Os estudantes, maioria da universidade, devem tomar em suas mãos a definição de seus rumos, agindo como maioria do controle do serviço do R.U., com voto universal, soberania da Assembleia Geral Universitária e cogoverno tripartite.

Que os Congressos da UNE e ANEL defendam os interesses gerais da juventude

Ao evidenciar os limites das bandeiras de permanência, que atingem apenas a ultraminoria de jovens que chegam ao ensino superior público, ressaltamos a necessidade de que o movimento estudantil das públicas abandone a política corporativa, que o isola da grande maioria de estudantes que estão nas universidades privadas, e, principalmente dos 86% da juventude que têm seu direito ao ensino superior negado.

Existe uma política ativa dos governos de privatização da educação. Por isso, o fortalecimento das instituições particulares condiciona a precarização das universidades públicas. A Corrente Proletária Estudantil/POR impulsiona a luta pelo acesso e permanência universal, pois permite colocar os estudantes em movimento e os vincular com a luta pelo financiamento integral, direito à educação e ao poder estudantil. Mas não nos limitamos a ela. Lembramos que a maioria esmagadora dos jovens está fora da universidade vivendo em condições deploráveis, vitimados pela exploração, pelas drogas e pela violência policial. Por isso, que as entidades estudantis se coloquem plenamente em defesa de toda juventude, pois grande parte é forçada a abandonar os estudos pelas questões sociais do capitalismo.

A educação é decorativa e abstrata, pois está desvinculada da produção social. A juventude não vê sentido nela. Tem a função de formar os escravos modernos da burguesia. As escolas e universidades não são espaços imunes à luta de classes. Pelo contrário, seu conteúdo corresponde aos interesses de exploração e dominação. O avanço dos grupos empresariais sobre a educação expressa a decomposição do sistema capitalista, que avança sobre todos os direitos conquistados. As condições dignas de trabalho e de estudo somente serão conquistadas com a criação de um sistema único de educação, laico, científico e vinculado à produção social. Em que o jovem aprenda trabalhando, trabalhe aprendendo e desfrute de tempo suficiente ao lazer. O capitalismo monopolista constitui uma trava para o desenvolvimento das forças produtivas. Dessa forma, as descobertas científicas não podem mais melhorar as condições de vida dos trabalhadores e da juventude, pois a ciência tornou-se instrumento de lucro das multinacionais. A transformação da educação em favor da maioria oprimida é indissociável da vitória do proletariado sobre a burguesia parasitária. A destruição do capitalismo e a edificação da sociedade socialista, em que as forças produtivas serão amplamente desenvolvidas em benefício da sociedade, é a condição histórica necessária para a elevação material e cultural da humanidade.

Greve Nacional da CNTE por tempo determinado

Os grevistas devem exigir que a CNTE rompa com o governo

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), dirigida pelo PT, há alguns anos vem convocando a greve nacional. Nesse ano, a paralisação está marcada para os dias 23, 24 e 25 de abril. Tem como bandeiras a implementação da Lei do Piso, a “valorização do magistério” e os “10% do PIB à educação”. Boa parte dos sindicatos filiados à CNTE indicou o calendário de greve da Confederação, mas se limitam a comparecer com uma caravana na manifestação em Brasília. Não há por parte da CNTE um trabalho de organização real para uma greve nacional, que paralise os mais de 2 milhões de professores e os 40 milhões de estudantes das escolas públicas. Portanto, uma greve que ganhe as ruas em todos os estados do País. Assim, fica a cargo das direções sindicais a realização ou não da greve nacional. O fato de ser uma paralisação por tempo determinado (três dias) acaba sendo um protesto dos sindicatos mais mobilizados, que se esgota no terceiro dia. Os governos assimilam a paralisação, porque sabem que na semana seguinte tudo voltará à normalidade.

A CNTE é um organismo superestrutural. Tem na sua direção uma burocracia sindical que apoia e aplica a política educacional do governo do PT. Como não tem expressão na base do magistério, suas decisões são para as direções sindicais implementarem ou não. A CNTE que deveria ser a Central dos trabalhadores da educação é, na verdade, um aparelho das burocracias sindicais. Como não tem expressão real, suas decisões são estranhas aos trabalhadores das escolas públicas.

A reivindicação de cumprimento da Lei do Piso se transformou numa disputa judicial. O Judiciário negou o pedido dos governadores de postergar a aplicação do piso salarial. Mas deu sentença favorável aos governadores e prefeitos no que se refere à negação de pagamento retroativo a 2008. Por sua vez, a CNTE considera que a decisão judicial permite o pagamento retroativo. Como se vê, é um jogo entre a Lei do Piso e os recursos apresentados pelos governadores e prefeitos.

O fato é que não se cumpre a Lei do Piso. As leis são executadas quando são de interesse dos capitalistas e de seus governantes. Não por acaso, os estados de Alagoas, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe não pagam o piso, que segundo a CNTE deveria ser de R\$ 2.327,81 por 40 horas. Outros, pagam o piso, mas não cumprem a jornada de 1/3 fora da sala de aula, como o Ceará, São Paulo, Goiás, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Tocantins e Mato Grosso do Sul. A maioria dos prefeitos não cumpre. É bom lembrar que esses exemplos estão vinculados à jornada de 40 horas. Os estados que possuem jornadas inferiores estão na lista de cumprimento integral ou parcial da Lei do Piso, como ocorre no Rio Grande do Norte.

Portanto, a luta pelo cumprimento da Lei do Piso implica mobilização e enfrentamento aos governos e não a disputa no campo da justiça. Esse é um caminho tortuoso, oposto aos métodos próprios dos trabalhadores. Se o governo Dilma quisesse fazer valer a Lei, começaria exigindo que seus governadores e prefeitos aplicassem imediatamente, obrigando os demais a fa-

zer o mesmo. Porém, a política do PT é a da “boa vizinhança”.

A exigência de cumprimento da Lei, que significa R\$ 2.327,81 e para o governo federal R\$ 1.567,00 e uma jornada de 40 horas semanais, não implica o abandono da luta pelo piso vital, que é salário mínimo vital de R\$ 4.000,00 e a redução da jornada (escala móvel de horas de trabalho). O valor do Piso seja da CNTE ou do governo é insuficiente para manter uma família, o que obriga o professor a assumir mais de uma rede de ensino.

Apeoesp indicou a greve para o dia 19 de abril

As críticas em torno da greve por tempo determinado da CNTE e o exemplo do fracasso da greve dos três dias do ano passado obrigaram a burocracia da Apeoesp a antecipar o movimento para o dia 19. Primeiro, aprovou na Conferência de Educação, do final do ano, a greve de São Paulo para abril, junto com a CNTE. Recusou convocar assembleia no início do ano para decidir sobre a paralisação. Depois, aceitou que uma assembleia deliberasse o início da greve, que ocorreu no dia 15 de março. Certamente, o movimento está circunscrito à “semana de mobilização da CNTE”.

Manobra da burocracia

Ao propor uma assembleia para o dia 19 de abril, pretende “negociar” com o governo algumas reivindicações. A greve serve como pressão para abrir a negociação. O governo aceitou uma reunião, que ocorreu no dia 12 de março. Mas, o governo não cedeu. Disse que fará estudos sobre a categoria O e E, que as escolas de tempo integral só são implementadas depois da aprovação de todos os segmentos da unidade escolar, que fará novo concurso e que o impasse na aplicação da Lei do Piso se deve à conduta do sindicato de recorrer à Justiça. Portanto, não fez senão reafirmar a política nefasta do governo para a educação. Alckmin e Herman estão convictos de que a greve não será massiva. Partem de um elemento real, que é a profunda divisão imposta ao magistério.

A direção da Apeoesp forçará o governo por novas reuniões, nesse espaço de um mês (15 de março a 19 de abril). A greve só será defendida na assembleia de abril, caso o governo não acene nada da lista de reivindicações que foi encaminhada.

Para a burocracia, a greve continua sendo o último recurso, que será decidido na assembleia de abril. Acredita que se houver uma movimentação grande nas escolas em torno da greve, o governo pode recuar e, assim, acenar com alguma concessão. Parte, também, do pressuposto de que há uma reserva de dinheiro que o governo não está aplicando na educação e que seria suficiente para corrigir a perda de 5% (GAM) no cálculo do reajuste desse ano.

O fundamental está em que o governo se mantém irredutível. Os recursos para a educação são ínfimos e a divisão do magistério faz parte da política de corte de verbas e precarização das condições de trabalho. Essa diretriz, que é nacional, tende a se aprofundar com o avanço da crise econômica. Por isso, a derrota dessa política implica a ação grevista nacional do ma-

gistério. Porém, a burocracia está de mãos amarradas: apoia o governo federal (PT) e quer atritar com o estadual (PSDB).

PSTU oculta sua posição contrária à greve

O PSTU iniciou sua crítica, desde a Conferência de Educação, à greve da CNTE, dizendo que se tratava de uma paralisação decidida por cima do magistério. Nas reuniões regionais de 6 de março, defendeu que a assembleia do dia 15 decidisse sobre a greve. Ao mesmo tempo, propôs que a Apeoesp se integrasse a marcha à Brasília, convocada pela Conlutas, no dia 24 de abril. Na reunião do Conselho da Apeoesp (dia 15), diante da proposta de greve para o dia 19 de abril, procurou mostrar que o problema estava no calendário (19 ou 24). Mas sua posição contrária à greve veio à tona.

Os agrupamentos que compõem a Oposição Alternativa (PSTU, Conspiração Socialista e as várias tendências do PSOL) se dividiram. O que levou o PSTU e um grupo do PSOL a se colocar contrários ao indicativo de greve para o dia 19. Apesar de votarem pela greve, rejeitaram a vinculação da convocação da assembleia com a greve. O voto pela greve não passou de uma manobra.

A situação piorou para o PSTU quando propôs que a Apeoesp assumisse a marcha a Brasília do dia 24. A burocracia indicou o voto contrário e venceu na assembleia.

O PSTU, ao defender o ato no dia 24, objetivamente se colocou contra a assembleia de greve do dia 19. A burocracia deu espaço para o PCO ridicularizar, numa atitude sectária, a marcha a Brasília da Conlutas. E, em seguida, colocou em votação, sendo rejeitada pela assembleia.

Corrente Proletária em defesa de uma greve massiva e por tempo indeterminado

Desde a Conferência de Educação, a Corrente Proletária criticou o método de decisão da greve. Analisou as dificuldades oriundas da greve dos três dias do ano passado (convocada pela CNTE e realizada por uma parcela muito pequena de professores). Combateu a passividade da direção da Apeoesp diante das medidas tomadas pelo governo (avaliação de mérito, prova seletiva para ser contratado, reajuste parcelado, eliminação de direitos para os contratados, etc) e a farsa da comissão paritária. Exigiu a convocação de assembleia no início

do ano letivo para decidir sobre a greve. A burocracia recusou, esperou o término das atribuições de aulas e, só assim, convocou a assembleia para 15 de março.

O espaço de um mês entre a decisão de ir à greve até o seu início favorece o governo. Porém, concretamente, há um obstáculo que impedia o seu início imediato, que é a desmobilização das escolas e o peso do fracasso das greves anteriores (descontos dos dias parados, paralisação por tempo determinado, limitação de 2 faltas para 48 mil professores da categoria O, cessação da gratificação para os professores das escolas de período integral, etc.). Esses obstáculos precisavam ser removidos para que o ânimo da classe se materializasse no fechamento das escolas. Assim, não havia outra alternativa a não ser se posicionar pela greve e fazer uma ofensiva junto às escolas para que assembleia de 19 de abril, na Avenida Paulista (lugar proibido pelo governo), fosse o início de uma greve massiva.

A Corrente Proletária apresentou os pontos centrais que permitem a unidade dos professores. São eles:

- 1.) REAJUSTE IMEDIATO DOS SALÁRIOS (o índice de 36,74% de 2010 deve ser revisto com base nas perdas dos últimos dois anos). Em nossos cálculos, as perdas são de 49%.
- 2.) ESTABILIDADE PARA TODOS OS PROFESSORES (todos os professores aptos ao trabalho devem ter garantido seu emprego, sem perder o vínculo e com os mesmos direitos dos efetivos);
- 3.) APLICAÇÃO IMEDIATA DA LEI DO PISO NO QUE SE REFERE À JORNADA DE 1/3 FORA DA SALA (diminuição das aulas em todas as jornadas existentes)
- 4.) EMPREGO A TODOS OS PROFESSORES, reduzindo a jornada com a implantação da escala móvel das horas de trabalho;
- 5.) FIM DO ENSINO MÉDIO INTEGRAL. Abertura de todos os turnos e salas de aula fechados.
- 6.) FIM DE TODAS AS LEIS que precarizam o ensino, as condições de trabalho e destroem conquistas do magistério.

Além das reivindicações centrais, a Corrente Proletária defendeu: 1) Eleição na assembleia do comando estadual de greve; 2) Eleição na assembleia dos representantes que comporão com a diretoria da Apeoesp o comando de negociação.

Argentina: Greve dos docentes de Neuquén

Os professores de Neuquén estão há quase um mês em greve. Reivindicam um reajuste salarial de 35%, abertura de escolas infantis, nenhum desconto nos salários e mais recursos à educação. A greve iniciou protestando contra o decreto do governo que concedia 480 pesos (valor fixo). Ao invés de atender as reivindicações, o governo tomou medidas para aterrorizar os grevistas, como o desconto dos dias parados, patrulhas policiais nas escolas, ameaças à nova direção do sindicato e a tentativa de impor um plebiscito entre a população sobre a greve.

A Corrente Proletária na Educação denunciou o governo de Neuquén e defender o direito irrestrito de greve dos docentes. Defendeu no Conselho de Representantes da Apeoesp, de dia 15 de março, o apoio ao movimento grevista. A moção abaixo foi aprovada e encaminhada aos grevistas de Neuquén.

Moção de apoio à greve dos docentes de Neuquén

Apoiamos a greve do magistério de Neuquén que luta con-

tra as perdas salariais, exige aumento e melhores condições de trabalho e ensino. As reivindicações de aumento de 35%, mais verbas para a educação e reparos nas instalações escolares vem no sentido da defesa da educação pública. Diante da luta coletiva dos professores, o governo tem respondido com intransigência e repressão. O movimento docente está de frente com a tentativa das autoridades de impor uma lei antigreve, que acaba com o direito do funcionalismo de se manifestar, valendo-se do recurso mais valioso que é o de parar as atividades. A Apeoesp – Associação dos Professores do Estado de São Paulo – se solidariza com o magistério de Neuquén e defende junto ao governo da Argentina que reconheça o direito de greve, abra negociação com o sindicato e atenda as justas reivindicações dos docentes.

Em defesa do ensino público e gratuito!

Que o governo atenda as reivindicações e que respeite o direito de greve e manifestação!

São Paulo

Governo HADDAD/PT pretende eliminar direitos sociais

O secretário de Educação, Cezar Callegari/PSB, anunciou que estenderá a evolução na carreira do magistério por mais três anos, como suposto incentivo às mulheres que em sua maioria já estão trabalhando mais de 25 anos para atingir a idade mínima de 50 anos. No discurso do governo, será mais um estímulo, pois, ao invés de esperar a idade com o salário congelado, poderão trabalhar mais três anos com a possibilidade de obter mais duas referências no quadro de evolução. Mentira! O que o governo quer na verdade é acabar com a aposentadoria especial das trabalhadoras do município. Impondo que se trabalhe mais para ter direito ao teto da categoria.

As negociações entre governo e sindicatos para aprovar o projeto começaram a “portas fechadas”, sem conhecimento da categoria. Os acordos feitos serão assinados na “mesa de negociação permanente”, que pretende implementar o governo, iludindo a categoria e criando o precedente para logo estender a todos os setores do funcionalismo público.

O governo de Haddad/PT será de ataque aos direitos sociais dos trabalhadores e agravamento das condições de vida dos que dependem dos serviços públicos. Evidenciou-se, no balanço dos primeiros três meses de governo, com a tendência de cortes orçamentários e de ataque aos trabalhadores.

O primeiro passo na destruição da aposentadoria especial aos 25 anos.

O governo Haddad/PT aceita a ampliação de duas referências na carreira do magistério, mas em troca quer abolir a aposentadoria especial de 25 anos para as mulheres, aproximando ao tempo de contribuição dos homens (30 anos). Uma grande parcela irá se aposentar aos 53 anos e não mais aos 50.

Como a categoria é majoritariamente feminina (cerca de 96%), a aprovação do PL (48/2013) representa um corte de gastos para a prefeitura. Trata-se de uma política de corte de recursos à educação e não uma questão de gênero (mulher/homem), como sinalizaram alguns reformistas (PSOL) e revisionistas (PSTU), na audiência pública. Além disso, exclui os aposentados, mais uma quebra da isonomia salarial entre ativos e aposentados.

Tudo indica que apenas uma pequena parcela, que já está para se aposentar, não será duramente prejudicada. Isso porque já o foi na última reforma da previdência, quando foi alterada a idade mínima para aposentadoria de 48 para 50 anos de idade. Porém, atingirá uma parcela significativa da categoria, todos aqueles que ingressaram na rede a partir da LDB/96, após a extinção da formação docente em nível médio (magistério) e iniciaram a docência mais tarde, e, portanto, já foram golpeados pela reforma que alterou a idade mínima e agora o serão com a extensão para 28 anos.

Apesar desse duro ataque, a burocracia do SINPEEM resol-

veu dar uma trégua ao governo. Pretende chegar a um acordo que não comprometa seus interesses eleitoreiros nem coloque a categoria nas ruas, principalmente após da experiência de 2012, pois sabe que pode custar a perda de confiança da base nesta direção. Está aí porque tem abortado a disposição de luta de parte da categoria, que aprovou, tanto na reunião de representantes, como na assembleia do dia 9/3, uma assembleia com paralisação (votações que foram manipuladas pelo presidente do sindicato, Claudio Fonseca/PPS).

Haddad deu um passo atrás e a burocracia sindical um passo à frente em direção à conciliação Rejeitar a pressão parlamentar e colocar a categoria nas ruas!

Nesse quadro, aconteceu uma audiência pública com o secretário de Educação e a secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão, vereadores e representantes sindicais, no dia 13 de março. Nela, o governo afirmou que sua proposta resgata parte do PL nº 310/2012 original (feita pela gestão Kassab e com mudanças colocadas por Cláudio Fonseca, então vereador), já que o enquadramento na primeira referência será acrescida à tabela aos 25 anos e apenas a segunda referência aos 28 anos.

Assim, ficou claro que as negociações já vêm sendo feitas entre burocracia e governo. O “acordo” prevê a retirada provisória do PL 48/2013 e a instalação de uma “mesa de negociação permanente”. Dessa forma, o governo deu um passo atrás e a burocracia um passo à frente em direção à conciliação. Daí vem a substituição das propostas de mobilização para a pressão parlamentar defendida pela burocracia. O “jogo parlamentar” das forças burguesas coloca a resolução do conflito por fora da decisão das bases nas assembleias.

A experiência com as mesas de “negociação permanente” é desastrosa. Criam-se ilusões de que por meio da negociação (governo/burocracia sindical) sem luta é possível conquistar as reivindicações. A “negociação sem luta” favorece o governo e anula o método próprio dos trabalhadores, que é a defesa das reivindicações com os métodos da ação direta (assembleia, manifestação de rua, greve, etc.). O governo ganha tempo para em seguida impor seu plano de ataque às conquistas dos trabalhadores.

A Corrente Proletária denuncia a burocracia do Sinpe-em de se submeter ao governo e chama os trabalhadores a defender nas ruas as conquistas. Exige que o governo incorpore imediatamente as referências ao salário dos trabalhadores municipais. Defende a aposentadoria especial, portanto, o fim da reforma da previdência, que combina a idade com o tempo de contribuição, e o fim das previdências privadas. Portanto, o sistema único estatal de previdência sob o controle dos trabalhadores.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Ceará: governo prepara reajuste de miséria para a categoria

Organizar a greve do magistério municipal contra a prefeitura do PSB

No dia 14/03, reuniu-se na SME, com Ivo Gomes, a direção majoritária do Sind-UTE (PT/Articulação). Os demais setores, que fazem oposição na direção do sindicato, propositadamente não foram informados e por isso não estiveram presentes. A ata da audiência, publicada no site da entidade, mostra que perante a pauta apresentada (distorções, pagamento de anuênios, progressões etc.) não houve resposta concreta por parte da SME. Sobre o principal ponto da pauta, que é reajuste, o secretário, de novo, adiou o anúncio. (o próprio prefeito, Roberto Cláudio, em reunião com os professores, em fevereiro, havia prometido anunciá-lo para, no máximo, 18/03). A prefeitura enrola a categoria; e o pior, para no final apresentar um índice que não passará de 8% (lembremos que em Maracanaú e Caucaia, municípios da região metropolitana, o índice anunciado foi de 8%). Por que o governo não apresentará um índice maior? Porque em plena época de crise capitalista os governos reservam o dinheiro para ajudar os empresários às custas do povo pobre. Além disso, ele pretendia que o dinheiro usado para pagar as horas extras do calendário (sábados, feriados e férias) já fosse considerado como 'reajuste'. Como a categoria não caiu na cilada do calendário, o governo viu seus planos serem frustrados. Terá que dar um

reajuste, porém, insignificante.

Depois de recusar o 1/3 de hora atividade para professores do 6º ao 9º anos, e de empurrar o calendário maldito para a categoria, com o apoio da direção traidora do PT no Sind-UTE, os professores precisam se preparar para a luta quando o governo anunciar o pífio reajuste. Não há outra saída. É preciso preparar a greve do magistério. Os preços sobem, o poder de compra dos salários caem. Fortaleza já tem uma das cestas básicas mais caras do país. Lutemos com força por um salário que dê condições de vida digna à categoria.

- Por um salário vital de R\$ 4000!
- Que o governo atenda imediatamente a reivindicação de reajuste de 38%!
- Pagamento de todas as dívidas com a categoria (pecúnias, anuênios, progressões etc)
- Implantação de 1/3 para hora atividade já!
- Redução da jornada de trabalho para que haja emprego a todos (escala móvel)
- Fora a burocracia pela do Sind-UTE! Fortalecer a Corrente Proletária na Educação, oposição revolucionária no Sind-UTE

Rondônia

Campanha Salarial dos trabalhadores da educação

No dia 18/02, a burocracia do sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Rondônia realizou uma assembleia dos municipais e estaduais para a aprovação da pauta de reivindicação que será encaminhada ao governador e ao prefeito. Nessas assembleias, ficou assegurado que no dia 12/03, mediante a resposta dos governantes, o sindicato faria a assembleia dos estaduais e, no dia 18/03, a dos municipais.

A burocracia não cumpriu a decisão

A direção do Sintero não convocou as assembleias. Limitou-se a informar, na página do sindicato, a reunião com os secretários do prefeito. Disse que o secretário de administração, Mário Medeiros, informou que a Prefeitura ainda não tem condições de confirmar um índice de reajuste salarial e nem o atendimento das outras reivindicações. Alegou que, em dezembro, a Câmara Municipal aprovou e o ex-prefeito Emerson Castro (que sucedeu o Roberto Sobrinho/PT, afastado por corrupção) implantou os novos cálculos do quinquênio, o que causou um grande impacto nas folhas de pagamento de Janeiro e Fevereiro, e que somente agora conseguirá os relatórios sobre a arrecadação de janeiro. Pura conversa mole. Imagine um secretário de administração que não tem em mãos os cálculos de arrecadação!

Os informes do sindicato indicaram que o governo não atenderá as reivindicações. Sequer concederá a miserável reposição de 24,6%. O problema está com a burocracia do sindicato, que cancela as assembleias e fica atrás das negociações com os governantes. Está aí por que devemos exigir a convocação ime-

diata de assembleia para decidir o rumo do movimento.

Responder à política conciliadora da burocracia por meio da unidade dos servidores públicos

O governador, Confúcio Moura/PMDB, convocou uma reunião com todos os dirigentes dos sindicatos dos servidores estaduais para expor a situação financeira fiscal do estado. Nesta reunião, usou o tempo para falar das dívidas, que segundo eles são de R\$600 milhões, reclamar da herança deixada pelos seus antecessores, para enfatizar o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, os lamentos serviram para justificar o não atendimento das reivindicações do funcionalismo público.

O burocrata do Sintero, Manoel Rodrigues, elogiou a transparência do governo. E "aconselhou" o governo a criar alternativas para repor a inflação, que vem corroendo o salário dos servidores, e se colocou à disposição para encontrar novas formas junto com a MENP, como a redução de cargos comissionados, entre outras, para recuperar o poder aquisitivo de todos os servidores públicos. Os elogios ao governo não são novidades, quando partem de dirigentes sindicais conciliadores. Mas a burocracia aposta na despolitização dos trabalhadores para manter sua política de colaboração com os governantes.

O fundamental para os servidores públicos é exigir que o sindicato convoque a assembleia unitária, para que o funcionalismo coletivamente rejeite a conciliação entre a burocracia e os governantes e defenda com seus métodos as reivindicações. A unidade entre os servidores estaduais e municipais é essencial para que o movimento se fortaleça e ganhe as ruas de forma massiva.

Bahia

Balanço do 32º Congresso do ANDES-SN

O 32º Congresso do Andes ocorreu no período de 4 a 10 de março no Rio de Janeiro e teve como tema central “Sindicato Nacional na luta pelo projeto de educação pública e condições de trabalho”, distribuído em seis subtemas: Tema 1 (Conjuntura e movimento docente); Tema 2 (Centralidade da luta); Tema 3 (Políticas sociais - política educacional, gerais e direitos e organização dos trabalhadores); Tema 4 (Questões organizativas e financeiras); Tema 5 (Plano de lutas-Geral, Educação, direitos e organização dos Trabalhadores) e Tema 6 (Plano de lutas-setores). O congresso foi organizado pela Seção Sindical da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ADUFRJ) e pela direção do Andes-SN. Considerado o segundo maior congresso na história do sindicato nacional, contou com a participação de mais de 500 pessoas, entre delegados (356), observadores (111), jornalistas (50) e convidados (3).

Na Plenária de instalação do congresso foi incluída e aprovada a participação na marcha em defesa da educação pública no dia 5 de março, com a concentração na Praça da Candelária e passeata até a Cinelândia e um ato contra a EBESERH, que se realizou no dia 7 de março, em defesa dos hospitais universitários, em frente ao HU Clementino Fraga Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Campus do Fundão. A campanha de filiação ao Andes de 2013, apresentada na abertura do congresso, foi pueril e despolitizada, com o mote “formiga” e a frase “Uma a mais é muito mais - Nossa luta é conjunta e você faz parte dela”. Constata-se de imediato um rebaixamento político a posições reformistas na direção do Andes, que não potencializa a categoria para a luta.

Havia uma expectativa muito grande nesse Congresso após a histórica greve dos docentes das federais em 2012, particularmente, em avaliar a greve e tirar um plano de luta para 2013. A avaliação não ocorreu nos termos esperado por uma parcela significativa dos delegados, sobretudo, por aqueles que estavam participando pela primeira vez do congresso. Foi desviada para o debate de reabrir a discussão da filiação do Andes ao CONLUTAS pela Corrente O Trabalho (OT), que esteve ausente nos Congressos anteriores enquanto força política desde a desfiliação do Andes/SN da CUT. Algumas falas sinalizaram as limitações do movimento grevista em 2012, porém não apontaram os fundamentos das contradições de um movimento forte com tendências a radicalização e uma despolitização que não potencializava a luta contra a intransigência do governo e pela conquista das reivindicações. O grande dilema da avaliação foi: por que uma das maiores greves na história da categoria não alcançou a vitória?

O fato é que foram perceptíveis os freios colocados pela direção em relação às ações diretas no decorrer da greve, restringindo as atividades e ações grevistas aos marcos da legalidade burguesa, com receio de ferir a imagem acadêmica da categoria, formada, segundo dizem, “por intelectuais que produzem conhecimentos”, mas que, na verdade, são obrigados a requestrar textos e artigos para responder às imposições produtivistas das fomentadoras, tais como a Capes. Havia uma polarização no CNG entre grupos no que se refere às táticas políticas radi-

cais: um grupo defendia ações diretas; outro, pelo contrário, colocava-se contra; um terceiro grupo tentava intermediar os dois, ou seja, compatibilizar ação direta com medidas performativas e de propaganda em defesa da educação pública e atuação no âmbito do parlamento burguês. Convém destacar que, para o grupo contrário à radicalização, o caminho seria apresentar uma contraproposta ao governo.

Como a greve de 2012 potencializou o Andes/SN e mostrou claramente o governismo do PROIFES, forças políticas, dentre elas O Trabalho (OT), que antes defendia o PROIFES a ferro e a fogo, na mesma linha de defesa da CUT, agora se encontra constrangida diante da sua posição anterior, passando a reivindicar que o ANDES-SN retorne à CUT. A posição de OT, expressas nos textos e na defesa perante os delegados, nada mais fazia que esconder o caráter da burocracia da CUT e o papel jogado pelo PT na divisão do movimento grevista e na defesa do Governo Dilma Rousseff. Por outro lado, há outras posições de forças políticas que demonstram insatisfação com a CONLUTAS, mas não defendem e nem querem retornar à CUT, reivindicam a formação de um movimento de docentes autônomo (MDA). A diretoria do ANDES defendeu a tese de fortalecimento e enraizamento da CSP – Conlutas. O POR defendeu a unidade na luta e a construção de um congresso de unificação da classe trabalhadora numa única central combativa, classista, de luta e democrática, contra as investidas divisionistas no seio da classe trabalhadora e as burocracias instaladas nos sindicatos e centrais.

Outro ponto que gerou polêmica foi a apresentação do Texto de Resolução (TR) da diretoria e delegados da ADUSP sobre a saída do MTST da CSP-Conlutas, além do texto de apoio, a carta de saída do MTST da Central. O conteúdo da resolução era avaliar as circunstâncias da saída do MTST e que o ANDES/SN mediasse a reintegração do MTST à CSP-Conlutas. É preciso dizer que o número de inscrições para intervenções em cada ponto era de apenas 05 pessoas, o que impossibilitava o debate amplo e a maior participação dos delegados e forças políticas. O POR se absteve com declaração de voto, colocando que se a TR era motivada pela carta de ruptura do MTST, e os fundamentos da carta diziam respeito às relações entre PSTU e MTST, que participavam da construção da nova central, não temos ingerência sobre o problema, considerando legítimo a disputa política nas bases, desde que submetidos à democracia operária e à moral revolucionária. O grande problema é que as motivações dadas por ambas as partes não foram claras o suficiente para se travar um preciso debate político.

O Congresso aprovou moções dentre elas a defendida pela militância do POR em defesa dos processados da USP, contra a criminalização dos movimentos sociais e de abaixo as medidas ditatoriais da justiça burguesa. A moção foi aprovada sem nenhum destaque pelos delegados para ser encaminhada ao Fórum dos Processados da USP. Também defendemos a constituição dos Tribunais Populares para julgar os crimes cometidos durante a Ditadura e suas forças de repressão. Essa posição foi aprovada após debate.

Com relação ao problema do método de luta, percebeu-se claramente a tendência majoritária dos delegados em adotar métodos legais e parlamentaristas, em oposição ao método da ação direta, tendência reforçada pela política de parte das correntes presentes no congresso e pela direção do ANDES. Houve defesa das ações legais e parlamentares nos marcos do Estado burguês. O que não condiz com as resoluções de defesa do caráter público e gratuito da educação, melhores condições de trabalho, salários dignos, carreira para os docentes, a ampliação da organização da categoria no Andes e a unidade classista dos trabalhadores.

O Congresso se colocou contrário ao Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e à Agência Reguladora da Educação (INSAES)). Foi aprovada a pauta unificada do Fórum das entidades nacionais dos servidores públicos federais

Sobre a posição do Jornal O Trabalho de retorno do ANDES à CUT

É necessário destacar a proposta dos lambertistas (OT) de retorno do ANDES à CUT. Tratou-se de uma manobra em favor da burocracia governista que estatizou a CUT. Está aí por que não correspondeu à posição marxista de contraposição ao divisionismo organizativo da Central.

A ruptura da CUT promovida pelo PSTU, que formou a Conlutas, pelo PSOL, a Intersindical e o PCdoB, a CTB, é condenável em todos os aspectos. A filiação do ANDES à Conlutas é parte do processo de fragmentação das organizações sindicais. Não resta dúvida que é do interesse da burguesia, dos governos e da própria burocracia que se divida ao máximo as organizações dos trabalhadores, de maneira a evitar que sua unidade organizativa possibilite a centralização revolucionária de suas forças. Certamente pode ser que as condições da luta de classes levem a uma separação de uma enorme parcela da classe operária da Central burocratizada e que se justifique o nascimento de outra organização de massa, classista e independente. Mas não foi o que se passou e ainda se passa nas rupturas do sindicalismo brasileiro.

São Paulo

Encontro Operário

No dia 9 de março, foi realizado o Encontro Operário. Discutiu-se a distribuição e uma avaliação do conteúdo do Boletim Nossa Classe. Em seguida, houve a formação política. O período de estudo abarcou da greve geral de 1917 ao III Congresso Operário de 1920. Reproduzimos abaixo o resumo dos principais pontos debatidos.

Da greve geral de 1917 ao III Congresso Operário de 1920

1. Às vésperas da 1ª Guerra Mundial, em 1912, foi realizado o censo das empresas industriais que pagavam impostos. O número dessas empresas era de 9.475, quase três vezes mais do que em 1907. Entre 1915-1919, criaram 5.939 empresas. Na década de 20, incentivadas pelo governo, surgiram duas empresas importantes: em Minas Gerais, a Siderúrgica Belgo Mineira, que começou a produzir em 1924 e, em São Paulo, a Companhia de Cimento Portland, iniciada em 1926. Concomitante ao crescimento das indústrias, aumentou a construção de ferrovias. O capital inglês teve papel

(SPF) e a participação da Marcha no dia 24/04 em Brasília.

Entretanto, o 32º não conseguiu tirar um plano de lutas à altura dos desafios que temos no ano de 2013, embora reconhecendo que as tarefas são muitas e as reivindicações não foram atendidas. É preciso avançar na luta e armar a categoria com uma política combativa e revolucionária. Sem uma política proletária para a educação e o método da ação direta, os possíveis “ganhos organizativos” acumulados na greve de 2012 em nível local e nacional se perderão, como demonstra a realidade da oposição (POR, OT, Consulta Popular, PSTU e independentes) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que, apesar da intensa luta durante a greve, que chegou a destituir a anterior diretoria do Sindicato APUB, não conseguiu avançar na organização, mobilização e luta, por conta da política centrista e reformista no interior da oposição.

Então, estaria correta a posição do O Trabalho em pleitear a volta do ANDES à CUT? Não seria uma medida de defesa da unidade organizativa? Absolutamente, não. Não se trata de inviabilizar a Conlutas por meio de expedientes como esse de desfiliação. O Trabalho agiu de maneira sorrateira em seu combate à Conlutas/PSTU e em defesa das posições da burocracia cutista. Está aí porque o POR rechaçou a resolução do Trabalho.

Diferente seria uma resolução que propusesse ao Congresso do ANDES que interviesse no seio da Conlutas com a posição de reunificação com a CUT. Por esse caminho, em um Congresso da Conlutas se defenderia a unidade organizativa. Mas a questão não pode se limitar ao método. A resolução tem de condenar o divisionismo da CTB e da Intersindical. A decisão tem de estar baseada na defesa estratégica da constituição de uma única central operária, classista e democrática. O POR defende que a Conlutas retorne à CUT como uma fração programática de luta pela independência da Central perante o Estado e a burguesia.

fundamental. O Estado concedeu empréstimos e isenção de impostos para a instalação de indústrias de base. A desvalorização da moeda encarecia a importação de bens de consumo e, portanto, estimulava a indústria nacional, mas, ao mesmo tempo, tornava mais cara a importação de máquinas. Apesar do crescimento do número de indústrias, estas estavam voltadas predominantemente à produção de bens de consumo, uma vez que a indústria pesada quase não existia.

2. Consequentemente, o número de operários aumentou em 63,9 mil nesse período de 1915 a 1919. Em 1907 tínhamos 151.841 operários, saltando em 1920 para 297 mil. Apenas

uma centena de grandes fábricas explorava o trabalho de 1/3 do proletariado. O grupo de pequenas oficinas, onde predominava o trabalho manual, ocupava 14% dos operários, embora este grupo constituísse mais da metade de todos os estabelecimentos.

3. A maioria dos empréstimos e investimentos continuou sendo da Inglaterra. Mas, na década de 20, os Estados Unidos iniciaram seu interesse pelo Brasil. Em 1928, o Brasil era o país com a maior dívida externa da América Latina. Calcula-se que em 1923 o serviço da dívida consumira 22% da receita da exportação. Os serviços básicos das maiores cidades estavam em mãos de companhias estrangeiras, a exemplo da Light. Os investimentos estrangeiros estavam presentes na comercialização, controlavam o transporte ferroviário, o marítimo e o seguro das mercadorias.
4. No período de 1917 e 1920, um ciclo de greves de grandes proporções surgiu nas principais cidades do país, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Na raiz desse ciclo, estavam dois fatores: 1) o agravamento da carestia, em consequência da 1ª Guerra Mundial; 2) a existência de uma onda revolucionária na Europa, aberta com a revolução Russa de 1917. O número de greves cresceu. A sindicalização ganhou força. A greve de junho/julho de 1917 marcou a história da classe operária.
5. No ato de 1º maio de 1918, os operários do Rio de Janeiro aprovaram uma resolução de solidariedade à República Soviética. Em 18 de julho, os operários realizaram uma nova manifestação contra a intervenção estrangeira e em defesa da Rússia Soviética. Em janeiro de 1918, foi publicada o folheto “Revolução Russa e a Imprensa”, que combatia a calúnia burguesa contra os bolcheviques. As publicações sobre a revolução cresceram no Brasil.
6. Em agosto/setembro de 1918, no Rio de Janeiro, o transporte urbano foi paralisado e chegou a choques armados entre grevistas e militares, parte dos soldados passou para o lado dos operários. Nessa mesma época, iniciou a greve dos trabalhadores têxteis. O governo tentou esmagar o movimento, ordenando a prisão de 50 grevistas. Em setembro, ocorreu a greve dos transportes no Rio Grande do Sul. Em novembro de 1918, eclodiu uma greve política geral dos trabalhadores do Rio de Janeiro. Os primeiros a entrarem foram os tecelões, que exigiam aumento de salário e o direito de criar livremente os sindicatos. Foi criado um Comitê Revolucionário. Os anarquistas que participaram desse movimento diziam que era preciso invadir os depósitos militares e apreender as armas. Na véspera de pôr em prática o plano, 17 e 18 de novembro, a polícia prendeu vários membros do Comitê Revolucionário. A rebelião armada fracassou, mas nos arredores do Rio de Janeiro os trabalhadores de Magé se rebelaram e proclamaram a República Operária, que durou alguns dias. Os operários tentaram tomar as fábricas, porém os militares afogaram em sangue a República Operária.

Esse acontecimento demonstrou que nas fileiras operárias era grande a energia revolucionária, mas não estava maduro para o que se chamou a “república operária”. O fundamental dessa experiência é que proletariado se viu diante da necessidade de se criar um partido político do tipo bolchevique.

7. Em junho de 1919, foram organizadas greves em Porto Alegre, Recife, Niterói e São Paulo. Em 26 de outubro, foi dada a ordem de expulsão do país de uma série de dirigentes da greve geral. Em 1920, ocorreu a primeira greve geral dos ferroviários e uma importante greve de portuários e marinheiros. O movimento operário conseguiu arrancar o aumento salarial, foi criada a lei do seguro social em caso de acidente de trabalho e um fundo de aposentadoria para os ferroviários. Na Bahia, o governador assinou a lei que garantiu a jornada de oito horas.
8. Entre 1918-1920, o campo do sindicalismo era formado por comunistas, anarquistas, anarquistas-libertários e outras correntes.

O III Congresso Operário de 1920

1. Realizado no Rio de Janeiro de 23 a 30 de abril de 1920. Principais pontos: Jornada de 8 horas, ampliando a luta nos setores onde não foi implantada; 3) necessidade da organização dos trabalhadores do campo. A jornada de 8 horas de trabalho e seu estabelecimento para os trabalhadores do campo; 3) os frequentes atentados ao direito de reunião e de associação e as perseguições aos militantes proletários; 4) interferência da Igreja no proletariado, que desvirtuava os objetivos das associações operárias de resistência; 5) problema das cisões e suas consequências para a classe operária; 6) o proletariado brasileiro diante da situação da classe operária internacional; resolução de apoio ao operariado russo e a Internacional Comunistas. Estabeleceram-se os princípios e as finalidades da organização operária (revolta contra a injustiça, luta contra o regime de desigualdade entre os homens, ação pela justiça).
2. A luta das duas tendências – anarquistas e reformistas- no movimento operário levou à divisão de uma série de organizações sindicais. A Federação dos Marítimos dividiu-se em três sindicatos. A União dos tecelões do Rio de Janeiro perdeu metade de seus membros. Reavivou-se uma tendência reformista-oficialista que apoiava o governo. Em março de 1921, os oficialistas reconstituíram a Confederação Sindical Cooperativista Brasileira, que incluía os sindicatos de empregadores.
3. Uma parte dos anarquistas, entre eles Astorjildo Pereira, deu início à formação do Partido Comunista. Em 1918, no Rio Grande do Sul, foram criados os primeiros grupos comunistas, sob o nome de Liga Comunista de Libertação. Os comunistas libertadores tinham publicado o Manifesto do Partido Comunista, redigido por Marx e Engels. Em fins de 1921, 10 a 15 grupos comunistas funcionavam no país.

Eleições do SINTECT-PB: manutenção da direção divisionista

Três chapas disputaram a direção do sindicato dos trabalhadores dos Correios da Paraíba (SINTECT-PB). A chapa 1, que venceu o pleito com 464 votos, era encabeçada pelo PSTU/Conlutas e representa a continuidade de um grupo que já dirigia a entidade. A chapa 2 obteve 291 votos, foi hegemonizada pela política do PCO e seguida pelo PSol. Já a chapa 3 foi montada pela própria empresa, vinculada ao Movimento dos Trabalhadores dos Correios, braço do PT, no caso da direção da empresa, dentro do movimento sindical. As propostas distracionistas e festivas da chapa petista conquistaram 254 votos.

A chapa 1 e 2 tinham uma plataforma de reivindicações muito similar: contra a privatização e terceirização; defesa do monopólio estatal da ECT; melhorias no PCCS (que hoje tem 60 faixas e referências salariais a partir de um piso baixíssimo); eleições diretas em todos níveis de direção da ECT; fortalecimento da CIPA; fim do desvio de função; prevenção à LER e DORT; mudança do horário de entrega para evitar o sol da tarde; dar cursos de formação sindical, inclusive de oratória; por mais segurança e seguro de vida aos trabalhadores; redução da jornada para 36 horas; e apoio às ocupações de terra do MST. Havia pequenas diferenças quanto à PLR. Ambas as chapas defendiam a PLR linear, sem vínculo com metas, mas a chapa do PCO e PSol timidamente defendia a incorporação da PLR aos salários, quase eclipsada sob a defesa da PLR “justa”. Com métodos avessos à democracia operária, a chapa 2 propõe a realização de assembleias por vídeo conferência, para assuntos não polêmicos, chamando isto de inovação.

A grande diferença entre as chapas está no posicionamento quanto ao movimento sindical. A chapa 1 vai insistir na tentativa de desfiliar o sindicato da Federação Nacional dos Trabalhadores na Empresa de Correios, Telégrafos e Similares - FENTECT/CUT e filiá-lo à Conlutas, compondo a minoritária Frente Nacional dos Trabalhadores em Correios - FNTC, apresentada como “federação de luta, sem pelegos traidores e governistas”. As tentativas de cisão foram rejeitadas pelos trabalhadores paraibanos, e a direção realizou uma assembleia (questionada pela oposição) em Patos para aprovar a contri-

buição financeira para a FNTC.

A chapa 2 corretamente defende que o divisionismo se dá por disputa de aparatos, não por divergências programáticas ou por um movimento real dos trabalhadores; que o divisionismo enfraquece a luta contra o governo e favorece o fortalecimento do controle burocrático. Não há uma resposta para a fragmentação existente, porém. Falta a defesa de um congresso de trabalhadores que unifique as centrais.

Despolitização

Em meio a um tiroteio de baixarias, acusações, denúncias e ameaças judiciais, restou pouco de discussão política. O PCO apelida o atual dirigente do sindicato como Emanuel ditadura, pelos longos anos à frente do sindicato. Acusa a chapa de ser do PSTU, mas não mostra as correntes dentro de sua chapa, reforçando o apoliticismo. A mesma manobra é feita pelo PSTU que junta PCO e PT como duas chapas vinculadas aos patrões que só querem se construir partidariamente, e se esconde em seus materiais.

Ainda que as duas chapas sejam dirigidas por partidos que se reivindicam do trotskismo, nota-se a falta de bandeiras de transição, que vinculem as reivindicações mais sentidas dos carteiros e atendentes com as lutas mais gerais dos trabalhadores e a necessidade de sepultar o capitalismo. Em vez de salário mínimo vital, defende-se remendos no PCCS e PLR; em vez de escala móvel das horas de trabalho, com divisão da carga horária existente entre todos trabalhadores, com o fim do desemprego, limitam-se à redução da jornada para 36h. Em vez da defesa da incorporação dos terceirizados, setor mais explorado da categoria, restringem-se à denúncia ou à exigência do concurso público.

É preciso que os trabalhadores dos correios aprendam com as experiências recentes em que sua combatividade foi canalizada pelas direções traidoras ou enfraquecida pelo divisionismo. Diante dos ataques do governo que avança na privatização, terceirização, corte de direitos, repressão às greves e aumento na exploração, é urgente forjar uma nova direção que empunhe um programa proletário.

Rio Grande do Norte

Os três primeiros meses do Mandato de Amanda Gurgel: política reformista e distante das mobilizações

O mandato de Amanda Gurgel (PSTU), ao contrário do que se propaga nas publicações do partido, está longe de vincular-se com as reivindicações dos trabalhadores e maioria oprimida de Natal. O que se presencia é uma extensão, em menor grau, da política dos deputados do PT, Fátima Bezerra e Mineiro, ambos vindos da educação, quando buscavam projeção na vida política, apoiando-se nas bases da educação. Para os petistas, esta política deu certo pois há décadas estão no parlamento desenvolvendo sua política de “melhorias para a educação”,

ora como governo, ora como oposição.

Os morenistas do PSTU utilizam o mesmo método de adaptação ao Estado burguês. Na primeira plenária do mandato, foi informado aos participantes que convocariam outras plenárias para discutir juntamente com a população. Pois bem, o que foi encaminhado já com temas definidos foi um seminário, onde o primeiro discutiu a educação. Seminário porque o objetivo era o “acúmulo” das discussões, para em seguida serem encaminhadas para um Grupo de Trabalho (GT) que formulará as

propostas e transformará em projetos a serem encaminhados à Câmara. O primeiro seminário de fato não encaminhou ou deliberou nenhuma atuação na luta dos trabalhadores, em especial da educação.

Quais as propostas que saíram dos GDs do seminário? 1) fiscalizar o patrimônio público municipal para que não haja desvio; 2) salários mais dignos; 3) incluir cursos continuados de formação sobre os temas de racismo, machismo, homofobia e outros; 4) criação de um 1 dia ou semana do negro sob ponto de vista dos trabalhadores (“sob a ótica de classes”) 5) história da África e dos índios no currículo 6) acessibilidade para crianças de necessidades especiais; entre outras propostas com este mesmo cunho.

Para um petista que lesse isso, poderia tirar o chapéu para os pseudos trotskistas. Não veriam problemas algum em formarem um bloco para defender no parlamento estas propostas. Pois todas elas distanciam-se abertamente dos reais propósitos dos revolucionários atuarem no parlamento. Como se não bastasse, pelo seminário ter sido todo dirigido pelos militantes que vieram de outros estados e que agora fixam residência em Natal, não houve uma proposta que se soldasse com as lutas.

Para não dizer que omitimos sobre a atuação da vereadora, um tema discutido foi a situação dos terceirizados. Mas vejamos a política adotada: os terceirizados, que o ano passado foram penalizados pelo governo de Mícarla com seus salários atrasados e que o governo atual não tinha resposta de quando voltariam ao trabalho e se receberiam o atrasado (a maioria recebe o salário mínimo), procuraram o mandato e esta convocou uma audiência pública. O partido, juntamente com os vereadores do PSOL, fez algumas reuniões com esse setor. O PSTU levantou a bandeira de efetivação dos terceirizados. Uma bandeira correta para defender os empregos de todos. No entanto, afirmam, “como defendem o concurso público como via de efetivação no serviço público”, que esta efetivação seja apenas para os mais antigos, que os de menor tempo façam concurso. Assim, o PSTU e PSOL acabaram defendendo o desemprego de uma grande parcela dos que já foram explorados pela empresa terceirizada. Política esta explicada que, por não ter como efetivar um servidor sem que seja pelo concurso, a prefeitura abra o concurso público. Em nenhum momento, de fato, se buscou encaminhar uma luta em defesa dos empregos, contra as demissões. De nossa parte, defendemos encaminhar a luta, que o mandato se voltasse a organizar estes trabalhadores, já que os sindicatos diziam não poder defendê-los (sindicatos petistas). Mas o que foi encaminhado dessa audiência pública? Uma comissão mista, com vereadores do PSB - líder da bancada governista, PSTU, PSOL e PT. Esta comissão terá 10 dias para analisar uma solução que contemple empregados e prefeitura. Quem já viu isso ocorrer no capitalismo?

Esse é só um exemplo de como o mandato fica nos muros da legalidade, e que só levantam as bandeiras que estão neste âmbito. Mas em cada frase feita é sempre lembrado que “o que defendemos não é para esta sociedade e que por isso devemos construir o socialismo”. Nada mais abstrato, mais indigno para quem se diz trotskista. Mas em alto e bom tom Amanda afirma que as propostas do seminário “não vai ser resolver o problema da educação mas é o mínimo para termos um mínimo de qualidade na educação”, e [em relação às bandeiras e propos-

tas] “não podem ser coisas que não se aproximem do socialismo”, recado dado para os que acreditam na luta coletiva.

As audiências públicas e Amanda Gurgel

Chamar os trabalhadores para as audiências públicas foi a tática utilizada pelo PT para dar show quando eram oposição, fazer suas denúncias e levar os trabalhadores a acreditar que fortalecendo o parlamento com estes “lutadores” teriam uma educação diferente. Estamos vendo o filme se repetir. A parlamentar morenista tem nas audiências públicas, algumas convocadas por ela, feito discursos contestadores, alguns até arrancaram aplausos, mas conclui que se trata de fortalecer o parlamento, uma vez que os trabalhadores são chamados a defender que tenham mais Amandas no parlamento.

Condenamos esta política que não serve para elevar os trabalhadores a colocar em suas próprias mãos a libertação do jugo capitalista.

Amanda Gurgel pretende separar sua ação parlamentar com a de trabalhadora em educação, que inclusive compõe a oposição ao Sinte/PT. Na assembleia dos trabalhadores em educação fez questão de afirmar em público que já havia feito uma reunião com a direção do sindicato e que se colocou à disposição desta, pois mesmo com as divergências podia contar com seu mandato de vereadora. Mais uma declaração de cretinismo parlamentar! A vereadora tinha como obrigação denunciar a burocracia do sindicato, dirigido pelo PT, que por anos seguidos tem derrotado a luta da categoria. Uma burocracia que a cada assembleia tem violado mais abertamente a democracia operária impedindo a oposição de falar. Não denuncia para não se indispor com a base presente, parte defensora da burocracia.

Como vemos, nesses três primeiros meses do mandato “socialista” do PSTU, sua política não passa de uma reprodução da política reformista.

Resolução do POR sobre o mandato dos vereadores eleitos pelo PSTU e PSOL.

A Conferência Regional do POR no Nordeste, realizada em janeiro de 2013, avaliou sua intervenção em defesa de uma Frente Revolucionária para atuar nas eleições municipais em Natal, atribuiu ao fracasso de sua constituição a sabotagem do PSTU e à contraposição do PSOL de se aprovar um programa proletário e as respectivas candidaturas a ele submetidas. Aprovou a seguinte resolução:

1. A tática política adotada pelo POR na Frente de Esquerda foi acertada;
2. A vitória eleitoral da frente PSOL-PSTU foi eleitoreira, contrária à proposta do POR;
3. POR não trabalhará pela derrota do mandato parlamentar do PSTU, mas exporá sua inconsequência (não convocação das massas e sua organização para defender suas condições de vida);
4. O POR apoiará as mobilizações de massa, que surjam em torno de algum projeto apresentado.
5. O POR defenderá o controle do mandato parlamentar do PSTU por plenárias convocadas em assembleias de bairro.
6. O POR defende que os parlamentares recebam um salário equivalente à média salarial nacional dos explorados.

Como foi a ação do Mandato de Amanda Gurgel e PSTU

na atividade de 8 de março em Natal?

Primeiro um ato de feminismo pequeno-burguês, com palavras de ordem contra o machismo. Ato que foi organizado por várias organizações feministas e a CSP Conlutas. Ao iniciar, foi feita questão de mencionar que só falaria no ato quem “construiu”. Posição esta implementada pelos reformistas para tentar impedir correntes como o POR se expressar. Aprenderam bem, em períodos de crescimento, que as “correntes minoritárias” devem ser abertamente excluídas. O POR solicitou intervenção e foi veementemente impedido pela coordenação do ato.

Em meio a tanta diversão e palavras de ordem que expressavam a luta de sexo contra sexo, o ato que deveria estar levantando as bandeiras em defesa do emprego, contra a opressão capitalista, deixava qualquer petista morrendo de inveja, pois defendiam a ampliação das delegacias de mulher, efetivação da lei Maria da Penha, entre outras bandeiras do tacaño movimento feminista de classe média.

O POR repudia tal postura de veto às correntes do movimento e reafirma que nenhum 8 de março deve ser transformado em festejo pequeno-burguês. Caso estivéssemos em um ato

em que implementasse a democracia operária, na nossa intervenção defenderíamos a unidade de todos os explorados -, homens e mulheres, contra os ataques dos governos, demissões, e levantaríamos as bandeiras que são próprias dos trabalhadores como creches, redução da carga horária, licença maternidade, como bandeiras que mobilizem e apontem para uma luta muito maior contra nossos opressores. A democracia para o PSTU só serve quando está em minoria ou não quando é o mandante.

Assim agem os morenistas para construir o PSTU

O primeiro passo do partido em nível nacional foi o “deslocamento” de “quadros” para assessorar Amanda Gurgel. Vários militantes vieram de outros estados para traçar o caminho da vereadora socialista. Amanda, agora, aparece em público rodeada de seus assessores (na Câmara de Natal cada vereador tem direito a 10 assessores). Esses “militantes” têm como objetivo projetar o PSTU, mesmo que para isso seja preciso distanciar-se cada vez mais da organização da luta e buscar a elaboração de projetos para desviar os trabalhadores, a juventude e demais oprimidos da ação direta.

Conflitos interburgueses e as incertezas sobre a aliança PSB/PMDB/PT no Ceará

A aliança burguesa PSB/PT/PMDB responsável pela governabilidade de Cid e por profundos ataques aos trabalhadores vem passando por um rigoroso teste, que pode levar a uma cisão ou maior submissão petista a Cid. A sorte do PMDB, nesse meio tempo, também estará em jogo. Quando esta aliança se formou em 2006 (para a eleição de Cid), Luizianne ainda era prefeita e o PT tinha a segunda máquina do estado na mão. Após a eleição de Cid, veio o choque aberto nas eleições municipais de 2012, a perda da prefeitura petista, o avanço hegemônico do PSB (controlando a capital e o executivo estadual), o fracasso da tendência de Luizianne (Democracia Socialista-DS) de forçar a ruptura do PT estadual com Cid (só tiveram êxito na capital) e o contra-ataque de Cid interferindo no PT, em apoio à ala Guimarães, para remover Luizianne e sua tendência do comando estadual do partido (a ser oficializado em novembro).

A vinda de Lula ao Ceará e a antecipação da campanha de reeleição de Dilma, puseram mais lenha na disputa interburguesa. A executiva estadual oficializou a importância da aliança, mas lembrou que ela só se manterá com as forças que apoiarem a reeleição de Dilma. O PT nacional tem interesse em dividir o PSB, cujo presidente Eduardo Campos, prepara a candidatura própria do partido para 2014.

O PSB do Ceará havia manifestado apoio a Dilma contra uma possível candidatura do governador pernambucano. Na ocasião, Cid, para a surpresa de muitos, ameaçou sair do PSB. Logo voltou atrás e declarou a jornalistas, em meio à visita de Lula: “Já disse a ela (Dilma) e ao Lula, eu não sou quinta coluna... Quem achar que eu sou quinta coluna, que eu estou querendo sabotar o meu partido, querendo sabotar o presidente do meu partido, está redondamente enganado, vai quebrar a cara. Eu estarei com o meu partido”.

Que significa esta mudança de conduta? Os Ferreira Gomes, como oligarquia, não possuem fidelidade a partido nenhum.

Estiveram em vários: PMDB, PSDB, PPS antes de alugarem o PSB estadual e sairão logo que a conveniência ditar. Cid pesa os pratos da balança para saber qual caminho é mais lucrativo: manter-se ainda atrelado ao PT nacional ou apoiar Campos e negociar concessões e benesses para sua oligarquia.

A DS torce pelo lançamento da candidatura de Campos e sua consequência: uma ruptura do PT estadual com o PSB, seu objetivo desde fins de 2012. Em franco retrocesso, após a perda da capital, a DS negocia com Guimarães/De Assis a entrega da executiva estadual em troca da manutenção do diretório em suas mãos. Esta corrente apodrecida, que já se reivindicou trotskista, e com isso apenas confundiu, vai desintegrando-se e acomodando-se às tendência mais direitistas dentro do PT. Uma sucessão estadual com um candidato próprio do PT é o que lhe poderia dar uma sobrevida como tendência que almeja ainda influenciar nos rumos do partido.

Cid, no segundo mandato, calcula todas as variantes de uma articulação que termine com um candidato seu no governo estadual. O PMDB, por sua vez, também alimenta pretensões ao governo. O senador Eunício Oliveira procura a todo custo a indicação e apoio de Cid para a disputa. A oposição burguesa (PDT, PSDB etc.) e a reformista (PSOL) não possui força, neste momento, para enfrentar a aliança governista e farão o papel de coadjuvante na disputa eleitoral. Com alianças ou sem elas, as frações burguesas seguem sua rotina de atacar os trabalhadores e lucrar mais e mais.

As disputas interburguesas, seus acordos e conchavos típicos das quadrilhas que dominam o Estado prosseguirão, enquanto os explorados não se libertarem do domínio da burocracia sindical e intervierem no cenário político com suas próprias bandeiras e programa. A construção do partido revolucionário é fundamental para a independência política dos explorados. O POR luta com todas as suas forças para levar acabo este objetivo.

Nesta edição:

- Repercussão da criação do PT boliviano nas correntes “trotskistas”
- Francisco: um Papa cúmplice da ditadura genocida de 1976 na Argentina
- Os colonialistas impuseram seu “direito” de pilhagem internacional
- Chile

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Repercussão da criação do PT boliviano nas correntes “trotskistas”

Todos contra o POR marxista-leninista-trotskista

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional publicou, em seu Boletim, uma série de artigos do jornal Massas do Partido Operário Revolucionário (POR) sobre a criação de um Partido dos Trabalhadores (PT) por iniciativa da direção da Central Operária Boliviana. Iniciativa que contou com o apoio entusiasta ou a baixa voz das mais diversas correntes que se reivindicam do trotskismo. Nesse abundante material, está toda a posição do POR contrária à iniciativa da burocracia, que inicialmente denominou o novo partido de Instrumento Político dos Trabalhadores (IPT).

Finalmente, nos dias 7 e 8 de março, em Huanuni, se votaram os estatutos, o programa e a declaração de princípios – estava constituído o PT boliviano. O resultado foi aceito pela imprensa “trotskista” (dos revisionistas) com aplauso, com cauteloso aplauso ou com ceticismo crítico.

Quem aplaudiu de pé? Os morenistas da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI): “Estamos diante de um fato histórico e sumamente progressivo, pois a fundação do PT, com todos os limites que possui, é o resultado da experiência da vanguarda operária com o governo de conciliação de classes de Evo Morales, há 7 anos no poder”. O PSTU do Brasil faz parte da LIT-QI, controla a Central Sindical Popular-Conlutas, que compareceu ao Congresso de Huanuni para prestar apoio à criação do novo partido. Assim, deram viva ao PT.

O Partido da Causa Operária (PCO), ex-satélite do Partido Obrero da Argentina (ninguém sabe por que seus laços se romperam), que mal sabe o que se passa na Bolívia e que não tem interesse revolucionário em saber, fez coro com os morenistas da LIT-QI: “A criação de um partido operário, apoiado nos sindicatos, nas organizações dos próprios trabalhadores, é uma tendência latente no movimento operário internacional e que está sendo desenvolvida, além do ponto ao qual chegou no Brasil no início dos anos 80, pelos trabalhadores bolivianos”. Como se vê, os ex-altamiristas (que não dizem por que se separou de PO) foram alto no hasteio da bandeira do PT da burocracia da COB.

A surpresa nos foi reservada pelos neomorenistas da “Fração Trotskista – Quarta Internacional (FT-QI), que conta com um diminuto grupo na Bolívia (LOR-CI), e, no Brasil, com a LER-QI. Os mais afoitos defensores de um PT baseado nos sindicatos baixaram a bandeira a meio pau. Não saíram tão exitosos como estavam na plenária de Cochabamba: “Este congresso deu um primeiro passo no caminho de que os trabalhadores e suas organizações intervenham na política para defender e lutar pelos interesses dos trabalhadores e do povo (...)”.

O Partido Obrero (PO), que também tem seus oportunistas na Bolívia, se mostrou cético diante da criação do PT: “Dado o acoplamento sindical do MAS, permanece a dúvida, inclusive, se o PT pode se erigir em um aparato político eficiente e útil para os propósitos políticos da direção da COB.”

Não temos a avaliação dos lambertistas, que se proclamam IV Internacional, mas seu grupo “La Chispa” divulgou uma declaração em fevereiro, na qual expõe sua adesão ao IPT: “O próprio processo de construção do partido e seu enraizamento nas camadas profundas de nosso povo vai aperfeiçoá-lo em seu funcionamento e superar debilidades inevitáveis numa experiência tão inovadora, a de construir um partido operário de massas na Bolívia, integrando os militantes mais aguerridos do movimento operário e popular.”

Como se vê a única voz cética entre os ditos trotskistas é a do Partido Obrero. Analisaremos sua posição logo mais. Os morenistas, neo morenistas, lambertistas e ex-altamiristas (que não sabemos por que dizem que romperam com PO) se meteram na mesma trincheira da burocracia dos Solares para fundar o PT.

O Partido Operário Revolucionário (POR) da Bolívia combateu sem titubeio e diretamente a tese de que o problema fundamental do País e da classe operária se encontra na ausência de um partido de massa assentado nos sindicatos. A tarefa consiste em o POR galvanizar a direção física dos explorados, uma vez que sintetiza as experiências fundamentais da luta de classes e da história do País e que tem seu programa da revolução proletária testado pelos acontecimentos. A política internacionalista, por sua vez, consiste em fortalecer o POR nesta tarefa, o que inclui a crítica e autocrítica. A posição das esquerdas de auxiliares da burocracia na formação de um aparato eleitoral é estrategicamente contrarrevolucionária. O PT servirá de instrumento da burguesia e de setores da pequena-burguesia conservadora para combater a tarefa de entroncar o movimento das massas com o programa da revolução social encarnado pelo POR.

A Bolívia é o lugar onde o marxismo-leninismo-trotskismo se implantou e se enraizou no proletariado. Não por acaso, tanto a burocracia quanto os oportunistas de esquerda tiveram de recorrer às Teses de Pulacayo, quase sempre citada pelos pseudo-trotskistas sem se referir ao POR, que as redigiu e que as tem como uma conquista do operariado mineiro e do trotskismo.

Os centristas de todas as cores travam no exterior uma luta incessante contra o POR – estão obrigados a recorrerem a difamações, como a de que é nacionalista, que apoiou o governo burguês de Torres, etc. ou então

que é sectário, abstencionista, messiânico, etc. Necessitam criar seus satélites, que chamam de seção, onde há muito o POR prepara o terreno para a chegada da insurreição proletária e popular. Os abundantes espécimes do revisionismo, felizmente, não têm tido êxito! Por em pé um novo partido que se reivindica do trotskismo, é uma vã tarefa.

Eis por que os centristas viram na burocracia da COB uma via para organizar seus grupos. O IPT lhes surgiu como uma porta de entrada. O desespero dos revisionistas é não contarem com um partido de oposição de esquerda que possa lhes dar a oportunidade de ter em quem votar e de fazer campanhas eleitorais. Basta se ver quais foram as posições desses “trotskistas” perante o despontar do caudilho Evo Morales e do MAS e perante o combate do POR ao governo impostor para se ter a medida de suas políticas. Não é, portanto, de se estranhar que se enfileiram por trás da burocracia para formar um aparato eleitoral, utilizando-se indevidamente da COB, FSTMB e sindicatos.

Liga Operária Revolucionária –Cuarta Internacional (LOR-CI) se desconcerta

Os neomorenistas saíram desconcertados e abatidos do Congresso de Huanuni. Não puderam manter alto o exitismo de Cochabamba. A burocracia os levou até o Congresso. Deu-lhes um posto na Comissão Política da COB, encarregada de redigir os documentos. E no momento crucial da decisão colocou a LOR-CI no seu lugar subalterno. O novo PT não sairia com metade do rosto esquerdista e metade burocrática. Não seria comandado por duas mãos. Os promotores do novo PT são aqueles que têm o controle dos postos sindicais. Quem é a LOR-CI para influenciar no fundamental da natureza e da política de um partido montado pelos chefes da COB e da FSTMB?

Caso os neomorenistas queiram ficar no PT devem seguir a disciplina da burocracia. Em seu xoxo comunicado, intitulado “Completar a fundação do partido nas ruas com a COB e contra o governo”, culpa o MAS de ter influenciado nas decisões do Congresso. Diz que foi o braço do governo nos sindicatos que “buscou impedir que os dirigentes sindicais, assim como a esquerda operária e socialista, ocupassem posições chave na direção, tentando desta forma debilitar o surgimento do PT”. Essa explicação é para os tontos. Foi a burocracia da COB/FSTMB empenhada em criar o novo “instrumento político” que impôs a retirada da cláusula que garantia a liberdade de organização das correntes políticas.

A experiência do PT brasileiro com as tendências, sem dúvida, foi muito bem assimilada pelos burocratas bolivianos. Não querem necessitar de, mais adiante, terem de modificar os estatutos para expulsar os indesejáveis. Foi o que fez a corrente de Lula, Dirceu e seus consortes no Brasil contra as tendências que atrapalhavam a institucionalização do PT. A burocracia da COB/FSTMB procurou antecipar os fatos e aboliu a cláusula 39.

O PT almejado pelos morenistas, neomorenistas e lambertistas foi parido em Huanuni sem democracia interna e centralizado pelos burocratas mandantes. De nada valem as decisões sobre o programa que incorporam palavreados socialistas, de tomada do poder pelo proletariado, de aliança operária – camponesa. Pior ainda, foi a apropriação indébita de formulações das Teses de Pulacayo. São palavreados que servem de máscara para a real política da burocracia pró-capitalista, de propaganda oportunista das esquerdas e de consolo para os pequeno-burgueses socialistas.

A batalha dos neomorenistas para esquerdizar o Programa refletiu o desespero diante do naufrágio de suas idealizações de um partido dos trabalhadores apoiado nos sindicatos. Está claro de que se trata de

aventureirismo oportunista.

É patético o chamamento da LOR-CI “aos trabalhadores de base a não depositar nenhuma confiança nesta direção (a direção transitória) e a exigir que em primeiro lugar o Partido dos Trabalhadores ocupe um lugar destacado na luta pelo cumprimento das reivindicações da COB rechaçadas pelo governo.” É pueril a bandeira da LOR-CI de “completar o trabalho do congresso terminando de fundar o partido nas ruas” e assim evitar “o surgimento de um partido meramente eleitoralista”.

As besteiras doutorais de PCO e sua adesão à medida antidemocrática da burocracia

Para os ex-altamiristas que não dizem por que romperam com PO, está se criando um partido operário apoiado nos sindicatos. Esse fenômeno expressaria “uma tendência latente no movimento operário internacional”. Na Bolívia, onde essa tendência internacional se expressaria concretamente, o PT “nasce sob a pressão da classe operária”. Conclusão: “Esta conjuntura dá ao PT boliviano um potencial revolucionário, operário, muito maior que o que possuía o PT brasileiro.”

É fácil manejar com as palavras! Quanta invenção! Essa é a medida das correntes que não lutam por se formar como programa no seio do proletariado e que se afastaram da concepção leninista do partido. Não há pressão alguma da classe operária sobre os sindicatos para se formar um PT. O que há é uma tentativa da burocracia de constituir um partido, para ter como expressar sua política de colaboração de classe no plano parlamentar, portanto, eleitoral.

Segundo a versão de Causa Operária, a delegação mineira pediu a supressão da cláusula de liberdade de tendência para impedir “a esquerda pequeno-burguesa no sentido de conseguir um espaço próprio dentro do partido”. Mais ainda: “Sem proibir as teses e os agrupamentos políticos, o que os operários ainda que confusamente rejeitaram foi a criação de um partido que seja uma federação de tendências, ou seja, oposto de um verdadeiro partido.”

Quanta patacoada para justificar seu apoio ao PT da burocracia. O direito de tendência foi abolido porque os burocratas que controlam o novo partido não admitem a democracia interna, mesmo sendo um partido operário burguês. São duas questões distintas - o direito de tendência e o uso que se queira fazer desse direito. Não se pode justificar a proibição do direito de tendência pela política aparelhista dos morenistas, neomorenistas, etc. Se os delegados mineiros não queriam um partido federativo (se estavam confusos, é uma elucubração doutoral do PCO), então queriam um partido centralista burocrático, uma vez que proibiram o direito de tendência. O certo é que o PT que se pariu não passa de um aparato a ser direcionado às eleições, como denunciou imediatamente o POR boliviano. Sendo assim, não cabia a discussão sobre o regime de funcionamento partidário, uma vez que este é determinado pelo programa e pela concepção histórica de partido. Sem uma definição precisa sobre o caráter de classe do partido e de sua estratégia, a defesa do direito de tendência ou sua abolição se deu no terreno alheio aos das necessidade políticas do proletariado boliviano. A tal da delegação mineira não estava no Congresso expressando uma “pressão da classe operária”, mas sim o cabresto dos Solares, Trujillos. O apoio de PCO à decisão de proibir o direito de tendência é reacionário e uma forma sectária de se rivalizar com os seus concorrentes de esquerda.

A caricatura é típica dos doutores em política revolucionária, principalmente se falam sobre a realidade que mal conhecem. Vejamos o que diz PCO: “O POR boliviano, por sua vez, se dirigiu ao congresso com um ultimato, algo como: ou vocês aceitam o meu programa ou vou para casa. Foram para casa”. Mentira. O POR travou a luta contra a formação

de um partido que servirá à burocracia. Em nenhum momento esteve a favor do IPT. Não apresentou um programa para formar o PT. Não viu as costas para o congresso de Huanuni porque seu programa não foi aceito. Nada disso aconteceu. PCO rabisca essa caricatura no afã colocar seus dotes doutorais para superar uma suposta formação inacabada do PT. PCO não aprendeu nada com a experiência do PT brasileiro.

Morenistas exaltam a burocracia e atacam o POR

Não mais insistiremos no embelezamento que o Grupo Luta Socialista-LIT (GLS-LIT) faz do programa ditado pela burocracia e adendado pelas esquerdas. O que nos interessa é explicar a capitulação dos morenistas diante da retirada do direito de tendência do Estatuto. Os morenistas se acomodaram à burocracia. E agora falseiam: “O estatuto estabelece que se permitirá a formação de grupos de opinião e tendências no interior do PT, mas não de correntes políticas internas.”

A cláusula do estatuto suprimida diz: “livre organização de correntes políticas que tenham independência de classe e que fortaleçam o PT”. Formado o PT, o que seriam as tendências em seu interior? Corresponderiam à liberdade de organização de correntes políticas, ou não? Os morenistas embrulham em um jogo de palavras o seu reconhecimento da decisão burocrático-centralista. Para amarrar bem o embrulho, procuram dar uma explicação do porquê se suprimiu a liberdade de tendência. Os culpados são “setores burocráticos da direção”, em primeiro lugar; o POR e “alguns grupos que se reivindicam do trotskismo” (refere-se à irmã gêmea LOR-CI), em segundo.

Mas o que tem a ver o POR com a decisão do Congresso de abolir a cláusula sobre o direito de tendência? Nenhuma! Mas eis o que diz o GLS-T: “No caso do POR, esse fez uma campanha contra a construção do PT, fazendo o jogo do governo e gerando rejeição a este partido por grande parte dos delegados presentes no Congresso”. Senhores morenistas, vocês não têm como ocultar sua conduta política de adaptação à burocracia sindical autoritária da COB/FSTMB apontando o dedo para o POR. Quem faz o jogo do governo são vocês. E por quê? Porque o PT é um produto da burocracia colaboracionista, que trabalhará para que as massas não se levantem contra o governo e o Estado burguês com seus métodos próprios.

E qual é a culpa dos tais grupos que se reivindicam do trotskismo? O GLS-T responde: “(...) terminaram atuando com uma postura pedante de querer dirigir os mineiros e os demais setores, o que gerou enorme desconfiança nas bases, atitudes ambas (aqui inclui o POR) que em última instância servem para que os dirigentes burocráticos justifiquem seu projeto de ter um controle absoluto do PT (...)” Não duvidamos de que de fato houve “pedantismo” dos tais trotskistas. E também não duvidamos que os burocratas tenham se aproveitado para mostrar suas garras. Mas não é a soberba de uma LOR-CI que explicará a retirada da cláusula 39. Os delegados (chamados de base) vieram encabrestados para votar com a direção burocrática. Mas esse controle é apenas parte do problema. O fundamental está em que o PT não expressou uma real tendência das massas de procurar um novo partido, o que obrigaria os burocratas posarem inicialmente de democráticos. Esse foi o caso do PT no Brasil.

O PT parido em Huanuni não se baseia nos sindicatos como canal de luta de classes, mas no seu aparato burocrático. É completamente fictícia a afirmação dos morenistas de que “o PT é produto da pressão das bases a suas direções”. É uma regra na política de que os capituladores falsifiquem a realidade de forma a ajustar suas posições.

PO não combateu a formação de um PT

Para os altamiristas bolivianos, o Congresso não deveria criar um

PT porque as condições não estavam dadas. Em suas palavras: “Na Bolívia não amadureceu a possibilidade de um PT classista (...)”. O que propunham? Que se criasse “uma coordenação política em torno de um plano de luta e a eleição de candidatos para as eleições de 2014 por meio de assembleia de base.”

Essa posição não passou de uma declaração lírica. Estava claro para os altamiristas, que não tiveram qualquer presença efetiva na articulação do IPT, que não podiam se comprometer com um aparato que será manejado pelos burocratas corrompidos. Avaliam que dificilmente o PT tenha expressão eleitoral e possa projetar uma candidatura semelhante a de Lula no Brasil.

PO concluiu que defender a formação desse PT seria meter a mão na cumbuca. Jorge Altamira, de PO, tem plena consciência de que esse instrumento político tem de se sobrepor ao POR. Mas se for um arremedo do PT brasileiro, fracassa o objetivo de um PT boliviano e PO ficaria em maus lençóis, entrincheirado com os morenistas, neomorenistas e lambertistas no mesmo campo de ação da burocracia.

Por intermédio de seus francos atiradores bolivianos, PO procurou se delimitar da aliança antiporista, que com toda certeza irá bater contra a parede. Mesmo que amanhã poderão dizer que não deu certo, que lutaram por um PT classista, socialista, que não tiveram força para romper o controle dos Solares e que o POR é o maior culpado por ser abstencionista. Os oportunistas sempre têm justificativas a posteori. PO, diante desse quadro, se acha o adversário mais capaz para provar que o POR deixou o caminho da revolução.

Não poderia, neste embate, estar com o POR, que foi claro e tenaz na rejeição ao uso da COB/FSMTB pela burocracia para montar um aparato eleitoral e enganador dos explorados. Aqui temos o marxismo-leninismo-trotskismo implantado no proletariado, a formação de um partido auspiciado pelos inimigos mortais da revolução proletária objetiva desviar os explorados do programa da tomada do poder e combater o POR – é o que dizem os trotskistas bolivianos. PO não compartilha com essa posição, que é a única a se confrontar com a burocracia dos Solares e com a esquerda parasitária, dita trotskista. PO não quer ficar do lado do POR e fortalecer sua luta contra as manobras da burocracia cobista e não pode ficar junto aos carrapatos de esquerda.

Os espertos altamiristas denunciam o PT como assentado tão-somente em “propósito eleitoral”. E o que os faz pensar assim? Em suas palavras: “Em nenhum destes textos (refere-se ao programa e à carta de princípios), como também nas declarações dos dirigentes, apareceu mencionada pelo menos uma vez a palavra *plano de luta*.” E se os burocratas aceitassem colocar a palavra mágica e até detalhassem o plano, seria diferente a conclusão de PO? Não é com esse tipo de banalidade que se luta séria e resolutamente contra os objetivos contrarrevolucionários da burocracia.

PO tem a mesma posição dos demais “trotskistas” em um ponto essencial: defende constituir na Bolívia um PT baseado nos sindicatos. Está em desacordo em formá-lo nas atuais condições políticas (“fase de controle do governo e de isolamento do proletariado e de sua vanguarda”). Assim, o erro dos morenistas, neomorenistas e lambertista consiste em se colocar pelo PT em situação desfavorável, de maneira que se tratava não de criar o PT, mas de preparar as condições para seu nascimento. Essa seria a função de uma “coordenação política em torno de um plano de luta e a eleição de candidatos para as eleições de 2014 por meio de assembleia de base.” Quanto oportunismo!

Ao se referir à mecânica do nascimento do PT no Brasil (fim da ditadura militar e acenso operário), é necessário também considerar que no

Brasil a tradição partidária de esquerda é dada pelo estalinismo e que não havia, como ainda não há, um partido marxista-leninista-trotskista provado na luta de classes. Não é o que caracteriza o desenvolvimento histórico e político da Bolívia, e em especial do proletariado boliviano.

Guilherme Lora – resposta ao impostor Nahuel Moreno

“Nos parece que ainda não se compreende o que deve ser a IV Internacional e não é por acaso que amiúdam as tentativas de pôr em pé, depois das sucessivas crises da organização, uma Internacional dos Trabalhadores – um PT de todos os países, por exemplo –, como tentativa mundial de estruturar uma organização que constitua o primeiro passo na conquista da independência política do proletariado, ou melhor,

Por que PO, por meio de seus franco-atiradores, selecionou apenas o que lhe interessou? Porque está em posição de combate ao POR e não pode reconhecê-lo como a real força capaz de derrotar o mais novo manuseio da COB/FSTMB pela burocracia pró-capitalista.

uma espécie de frente das mais diversas tendências que se autoconsideram marxistas. Esquece-se que a verdadeira independência política da classe operária somente pode se concretizar em torno da finalidade estratégica da revolução e ditaduras proletárias”.

(fragmento do ponto “o POR e a IV Internacional”, do folheto “Resposta ao impostor Nahuel Moreno”, outubro de 1990, Guilherme

Francisco: um Papa cúmplice da ditadura genocida de 1976 na Argentina

O Papa “humilde” e “austero”, que elegeu os pobres como “opção de vida”, o “Bispo dos favelados”, que rechaça luxos e mordomias, que organizou a Curia nas favelas da cidade de Buenos Aires, é a máscara mais perfeita para acobertar a decadência material e ideológica do bastião da reação mundial.

A Igreja Católica é uma parte imprescindível do Estado burguês. Sua experiência e flexibilidade foram forjadas durante séculos. O poder de disciplinamento social, conquistado nesse processo histórico, é indispensável para o capitalismo em crise. A eleição do Papa não se baseia em supostos valores morais, mas em claras definições políticas. O Papa e a Igreja cumprem uma função social dentro do regime de opressão e exploração capitalistas. Cada Papa eleito, ao longo da história moderna, refletiu as tendências políticas do capitalismo mundial e, em particular do imperialismo, em cada fase de seu desenvolvimento e ajustado a uma conjuntura política específica.

João Paulo II expressava as tendências imperialistas mundiais de cercar os Estados Operários e servir de canal da restauração capitalista, sob a máscara da democracia burguesa. Bento XVI espelhou a reação ideológica e política do imperialismo contra as massas, em campanhas guerreiras em nome da democracia e dos direitos humanos.

Com o aprofundamento da crise, também entraram em choque a Igreja e as massas, sob a forma de rechaço à degeneração pessoal de vários bispos e a corrupção econômica de sua burocracia do Vaticano. Impôs-se uma troca de imagem e um aperfeiçoamento no mecanismo de disciplinamento social diante da agudização da luta de classes. E é aí onde a eleição de Francisco se encaixa com perfeição.

Experiência não lhe falta. Essa máscara “progressista” foi forjada com paciência de ourives. A venalidade e a impostura se combinam nesse obscuro personagem que, há décadas, sabe como combinar sua “opção pelos pobres” atual com a cumplicidade e apoio ideológico à ditadura militar genocida do passado.

Jorge Bergoglio militou em sua juventude na “Guarda de Ferro”, fração católica e nacionalista de direita, que serviu de ponto de apoio a Juan Domingo Perón, como contrapeso às tendências de esquerda radicalizadas do peronismo. Em 1976, como chefe da Companhia de Jesus (Jesuítas), impulsionou a iniciativa da Universidade Católica Argentina (UCA) de homenagear, com título de “Doutor Honoris Causa”, o almirante Emílio Massera, chefe da Marinha e integrante da Junta Militar da ditadura. Emílio Massera era o principal responsável do centro de detenção clandestino da ESMA (Escola Superior de Mecânica da Armada).

Foi cúmplice do terrorismo de Estado, pouco importa se por ação ou omissão (organismos de Direitos Humanos kirchneristas o acusam de delator, outros simplesmente de covarde). Ele entregou membros

de sua congregação que eram “suspeitos” de vínculos com organizações políticas ou guerrilheiras. Pressionava-os ao ponto de os obrigar a abandonar a instituição, deixando-os a mercê dos genocidas.

Esse foi o caso de dois padres, Orlando Yorio e Francisco Jalics, que foram sequestrados e torturados na ESMA. Sua atitude não era um ato individual ou isolado. Refletia a decisão de toda uma instituição e que se manifestava sob sua responsabilidade a política de disciplinamento. Mantinha, assim, uma continuidade dentro das fronteiras nacionais da repressão mundial, que se desatou na Igreja contra suas tendências radicalizadas, como a dos Padres Terceiro-mundistas e da Teologia da Libertação.

Com a chegada da democracia burguesa, em 1983, se opôs à anulação das leis de impunidade promovidas, muito limitadamente, pelo então presidente Raúl Alfonsín (UCR). Pronunciou-se pela “reconciliação nacional”, constituindo-se em um sólido apoio político e ideológico da impunidade.

Se esse obscuro e cínico personagem foi eleito Papa, a responsabilidade recai na própria classe política burguesa da Argentina, que acobertou seus crimes de humanidade, e que hoje se divide em apoiá-lo e criticá-lo. Os governos democráticos surgidos da ditadura se mostraram impotentes para acusá-lo e julgá-lo. O que implicava a abertura e publicação dos arquivos da ditadura para denunciar seus integrantes, seus agentes e funções.

O kirchnerismo, em dez anos de governo, tampouco teve intenção de cumprir essa tarefa essencialmente democrática. Pelo contrário, a estrutura repressiva da ditadura continua intacta. E dela se serve também para espionar e infiltrar nas mobilizações e organizações.

Julgar e castigar os que participaram e apoiaram esse genocídio dentro da Igreja, ficou nas mãos do proletariado e das massas oprimidas, que punirão esses parasitas com os Tribunais Populares.

Desde sua conformação como Nação, a Igreja jogou um papel preponderante na opressão colonial e semicolonial do país. Foi apoio ideológico, político e material das classes dominantes, nativas e estrangeiras. Na Argentina, como em todo o mundo, a Igreja é um braço da reação mundial.

Somente com a destruição de sua base material, alicerçada no capitalismo, pela revolução e ditadura proletárias, o edifício do obscurantismo religioso será demolido. Certamente, o novo Papa usará a experiência da contrarrevolução sanguinária da Argentina para movimentar o seu exército ideológico em apoio à burguesia imperialista. As condições de desintegração do capitalismo colocarão o Vaticano, bem como todas as Igrejas, em choque com as massas exploradas, pobres e famintas. A tarefa dos revolucionários é ajudar os oprimidos pela experiência, pelo programa e pela luta de classes a se libertarem de todos os jugos que os escravizam.

Argentina: sobre o referendo nas Ilhas Malvinas

Os colonialistas impuseram seu “direito” de pilhagem internacional

Há duas semanas, os usurpadores britânicos que vivem nas Ilhas Malvinas realizaram um Referendo. Deveria-se votar a favor ou contra as Malvinas continuarem sendo território da Inglaterra. Isto é, se querem continuar sob a órbita britânica ou se, ao contrário, estariam dispostos a uma arbitragem internacional. O que abriria a possibilidade, ainda que improvável, de uma futura devolução do território à Argentina ou uma administração compartilhada entre Inglaterra e Argentina.

A farsa da “autodeterminação” dos “ilhados” estava montada para reafirmar o que o imperialismo inglês já impôs militarmente há mais de um século. A votação pelo SIM ou pelo NÃO esteve marcada por uma forte defesa colonialista do atual status político do território e uma virulenta atitude anti-argentina. Os 98,8% de um total de 1.513 pessoas votaram pelo SIM, três pelo NÃO e um voto foi impugnado. Passada a euforia da “vitória”, os ocupantes das ilhas se renderam à diplomacia inglesa para levar o resultado ao Comitê de Descolonização da ONU. Pretendem exigir que se respeite seu “direito à autodeterminação” e que se abra um diálogo com o governo argentino sobre os fatos consumados.

O rude ocupante que acredita no seu direito de decidir sobre essa terra na qual trabalha e vive não é senão a expressão e o produto das bases materiais e históricas da opressão colonial. O “diálogo” se reduziria a confirmação das Malvinas como colônia inglesa, aceitando assim a farsa da autodeterminação teleguiada por Londres como um fato irredutível e natural da história.

À farsa seguiria a chantagem. Ali está a Royal Marine como uma forte ameaça militar contra a Argentina. Mas, também, como um meio para preservar os lucros que se obtêm do saque colonial das ilhas, como ocorre com a pesca (que representa 60% do PIB das Malvinas) e as explorações petrolíferas. Inclusive para “afugentar” os navios de seus competidores (coreanos, taiwaneses, chineses) na exploração pesqueira do arquipélago. Está aí a lei de ferro da diplomacia imperialista!

Os oprimidos de todo o mundo devem rechaçar a farsa democrática de uns poucos colonialistas. As massas argentinas, por sua vez, devem forjar a defesa nacional anti-imperialista com a luta de classes e rechaçar a demagogia do impotente nacionalismo burguês. O governo kirchnerista, autoproclamado nacional e popular, é incapaz de

mudar o rumo dos acontecimentos. Como o foram também os governos nacionalistas burgueses ao longo da história do País. Não importa quanto efeito se pretenda ou se possa causar ao pronunciar contra a “ilegitimidade” do referendo por não contar “com observadores da ONU”.

O correto é que o kirchnerismo reproduz a impotência e o cinismo do nacionalismo burguês ao pretender resolver uma luta entre uma nação oprimida e sua opressora por meio do “direito e as instituições internacionais” de arbitragem. As leis e o direito se subordinam à força dos exércitos e à potência econômica das nações imperialistas. A ONU e qualquer uma das covas diplomáticas dos bandidos imperialistas reafirmaram não as belas palavras contidas em seus papéis, mas sim o poder de veto, os boicotes econômicos e o poder de fogo de suas armas. Que o governo kirchnerista cite a suposta “neutralidade” dos Estados Unidos sobre o referendo, não modifica um milímetro a situação. A Inglaterra não atuaria se não tivesse suas costas protegidas pelos Estados Unidos.

A autodeterminação nacional do povo e do Estado argentino sobre seus territórios e recursos implica rechaçar a farsa da “autodeterminação” dos usurpadores coloniais. As Ilhas Malvinas são uma “razão de Estado”, como disse o kirchnerismo. Mas só um Estado Operário, surgido da revolução e ditadura proletárias, poderá avançar em passos firmes na libertação e autodeterminação do país da opressão imperialista, começando por expropriar sem indenização suas propriedades e empresas no país.

Um Estado Operário seria, sobretudo, uma poderosa alavanca para a luta internacionalista da classe operária argentina e latino-americana contra seus verdugos imperialistas. Tarefa que deve confluir com a ação solidária do proletariado europeu e inglês, em particular, dando assim um apoio inestimável para sua própria luta contra os capitalistas em seu país. A via diplomática, dominada pelo imperialismo mundial, não é um meio para alcançar a soberania, mas sim uma utopia reacionária que serve aos opressores. A completa soberania dos povos oprimidos só é possível com a luta revolucionária do proletariado e sua projeção em Revolução Socialista Mundial. O objetivo nacional e democrático de expulsar o imperialismo das Malvinas exige que o proletariado desenvolva sua política estratégica e organize a maioria da população em uma frente única anti-imperialista.

Damos continuidade à série de artigos de Guillermo Lora sobre o golpe militar no Chile em 1973

Chile

No Chile, o governo da Unidade Popular foi uma variante, com pequenos atenuantes, da Frente Popular, em cujo seio o Partido Comunista jogou um papel importante, graças a seu aparelho e sua organização. O presidente Allende concluiu convertendo-se em cabeça de ponte do estalinismo em seu próprio partido, o Partido Socialista, um aglomerado amorfo de tendências mais diversas e sem organicidade.

Como em todos os países onde não existe uma verdadeira direção revolucionária, a ultraesquerda foquista, portanto, revisionista do marxismo, atinge notoriedade. Às vezes atuou como um bom

auxiliar da direita. A crise de direção do proletariado, que ainda se encontra preso aos Partidos Comunistas e Socialistas, se expressou e se expressa com trágica agudeza no fato de que é a ultraesquerda foquista aquela que pretende barrar (atuando, simultaneamente, do exterior e do interior do Partido Socialista e de outras organizações menores) as tendências moderadas e pró-direitistas, manejadas pelo Partido Comunista, que na América Latina joga o papel de olheiro de Moscou, encarregado de evitar que seus irmãos menores sejam arrastados pela tentação das posições revolucionárias.

O estalinismo mundial, em seu afã de salvar a ordem burgue-

Guillermo Lora

sa, se empenha obstinadamente por reeditar a trágica experiência chilena: em Portugal, o tão desejado “compromisso histórico” com o Partido Socialista e a Democracia Cristã italianos, esgota todos os recursos para conter as massas e submeter o proletariado à burguesia.

Aqueles que se entregaram aos braços da Unidade Popular não fizeram outra coisa que dar apoio a um ensaio governamental que encarnou a quinta essência da frente popular da teoria estalinista, acerca das possibilidades de transformação pacífica do capitalismo para o socialismo e das numerosas vias que conduzem para uma sociedade sem classes. A pretendida revolução, dentro do marco do ordenamento jurídico e do Estado burgueses, concluiu como um vulgar reformismo, que com dificuldade se deslocou dentro das limitações que “legalmente” lhe impôs o Poder Legislativo, controlado pela oposição formada pelo Partido Democrata Cristão e pelo Partido Nacional e pela Controladoria, abrindo as comportas para o fascismo.

Somente o proletariado vitorioso e dono do poder podia destruir os fundamentos econômicos da contrarrevolução e eliminar do horizonte a besta fascista. A Unidade Popular cobriu com um emplastro, colocado à força, na democracia de cunho burguês, com todas as misérias imagináveis de um país latino-americano. Para alcançar seu objetivo, começou - para contar com os votos democrata cristãos - fazendo concessões fundamentais à direita, como a de manter intocada a estrutura constitucional, a natureza do exército (produto de uma sociedade de classe), o ensino e a imprensa, isto é, conscientemente ignorou que se tratava de um governo sem poder efetivo.

O governo Allende não tinha mais do que duas saídas: 1) mobilizar profundamente as massas para varrer o poder econômico burguês e os meios fundamentais da sociedade, como a imprensa, a educação e mesmo o exército. O que teria acelerado a quebra dos partidos Comunistas e Socialistas e, por sua vez, acelerado o processo de formação de um autêntico partido operário revolucionário; 2) ou sobreviver fazendo concessões à direita e ao exército até a chegada das eleições presidenciais, pelas quais a Democracia Cristã retomaria o controle do aparato estatal ou, então, um golpe militar fascista. O Partido Comunista e Allende escolheram o segundo caminho, sem se importarem que sua experiência passasse para a história como um vazio do tipo trabalhista da Inglaterra ou como o caminho que conduz ao fascismo e não à sociedade sem classes.

O fracassado golpe militar do mês de julho de 1973 demonstrou que nesse momento o verdadeiro comando da burguesia chilena era o PDC, que considerava que a quartelada frustrada somente ajudaria à causa da UP, ao obrigar os operários, inclusive os setores que começaram a se diferenciar de suas direções políticas tradicionais, a se concentrarem em torno do governo para defendê-lo da ameaça do fascismo. Trabalhou aferrando-se à última possibilidade democrática de deslocar a UP, afanosamente para ampliar a brecha já aberta entre setores trabalhistas e o governo de Allende, a fim de ter assegurada a vitória na próxima eleição presidencial ou, no caso de um plebiscito, conforme determinavam as leis vigentes. O exército falou até o cansaço de suas fortes tradições institucionalistas, de seu dever de velar pela vigência e respeito à Constituição. Da mesma maneira que respaldou a UP vitoriosa nas eleições, o fará e com maior satisfação, ao PDC eleitoralmente triunfante. Em certo momento da tensão da luta de classes, o PC pressionou para incorporar elementos militares representativos no gabinete,

era uma manobra destinada a neutralizar o ataque furioso da direita e também lhe fazer concessão: os militares, como expressão das forças armadas, representam os interesses gerais da burguesia, expressos no ordenamento jurídico, isso se demonstrou, sobretudo, porque a Democracia Cristã viu com simpatia essas designações e declarou que os militares eram a garantia e o respeito aos princípios democráticos. Os militares frearam os possíveis avanços da Unidade Popular para a esquerda e não puderam impedir a conspiração que vinha de seu flanco direito. Depois de fracassado o golpe do quartel, Allende novamente chamou os militares, mas as exigências destes eram inaceitáveis. O exército procurou, por sua vez, dissolver os grupos ultra esquerdistas e desarmá-los, e nisso coincidiu plenamente com o Partido Comunista.

A incapacidade do governo Allende para sufocar a direita e arrancá-la de seu covil foi empurrando-o, cada dia mais, a abandonar nas mãos do exército e este se levantou como o muro intransponível oposto ao reformismo de Allende. A presença do exército obrigou a UP a acantonar internamente a sua esquerda (a ruptura do MAPU e a virtual exclusão do governo de seu setor radical, operação dirigida pelo estalinismo) e a fazer concessões cada vez maiores à direita, aplainando o caminho para o golpe militar. O estalinismo coadjuvou com os fascistas no desarmamento ideológico e material da classe operária.

Os planos da burguesia e do exército “institucionalista” se modificaram radicalmente quando a greve dos caminhoneiros, de comerciantes e de setores profissionais da classe média agudizaram de forma extrema a situação econômica e social, levando-a à beira do abismo, quando as massas se tornaram ameaçadoras para os interesses da burguesia, quando a hierarquia militar considerou que a penetração da esquerda no seio do exército se tornava perigosa. Todos esses fatores, acrescidos da unidade alcançada entre todas as armas dos quartéis por trás do objetivo golpista, determinaram que a rebelião armada sangrenta e cruel substituisse os métodos da oposição democrática. O exército, considerando que sua classe corria sério perigo, não teve a menor preocupação em violentar a Constituição e desprezar o Parlamento e outras antiguidades, coisa que desgraçadamente não supôs fazer Allende em seu devido tempo. O golpe de Estado militar e fascista de 11 de setembro de 1973 sufocou em sangue as massas chilenas e instaurou um regime de força, que acabou com todas as liberdades democráticas e sindicais. A resistência heroica dos explorados veio a demonstrar, desgraçadamente muito tarde, que as massas amadureciam rapidamente para tomar o destino do Chile em suas mãos. Assimilar a rica experiência das lutas das massas, a criação dos embriões de poder operário e de canais de mobilização, como foram os cordões industriais, constitui um dever elementar. A política revolucionária deve partir da clara compreensão de que a ausência de uma direção revolucionária impossibilitou que a contradição existente entre as tendências instintivas do proletariado e de suas organizações de massa com a linha direitista de suas direções tradicionais saltasse para o primeiro plano e se elevasse.

No Chile, a severa crítica à via pacífica, à natureza e limitações do governo da UP, aos partidos Socialista e Comunista deve servir para aglutinar as camadas mais avançadas da classe operária em um partido revolucionário, sem o qual não se pode falar da revolução.

(Extraído das Obras Completas, Guillermo Lora, tomo XXX, 1974, Ediciones Masas)